



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

11ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DO CADERNO DE CONFLITO
NO CAMPO REFERENTE AO ANO DE 2018

EM: 25.04.2019

INÍCIO: 9h33min

PRESIDENTE: SR. LAZINHO DA FETAGRO

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) -
Senhoras e senhores, muito bom dia a todos!

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo senhor Deputado estadual Lazinho da Fetagro, após aprovação em Plenário, realiza Audiência Pública de lançamento do Caderno de Conflito no Campo referente ao ano de 2018. O Caderno de Conflitos no Campo, Brasil 2018, fruto do registro e documento dos acontecimentos no campo no Brasil é um dos retratos mais completos da realidade agrária do país. Após lançamento em nível Nacional a CPP Regional Rondônia promove essa Audiência Pública, o lançamento do Caderno de Conflitos também no Estado buscando versar sobre os pontos de destaques em nosso Estado em regiões vizinhas.

Nós convidamos as nossas Autoridades para que por gentileza componham a nossa Mesa, Deputado Estadual Lazinho da Fetagro, proponente desta Audiência Pública; Dom Mário Antônio da Silva, Bispo da Diocese de Roraima; Padre Valdecir Cordeiro, Coordenador de Pastoral representando a Arquidiocese de Porto Velho; Dr. João Verde França, Defensor Público; senhor Erasmo Tenório da Silva, Superintendente Regional do INCRA; senhora Darlene Braga, Coordenadora do CPT do Acre; Professora, Dra. Maria José dos Santos, Agente da CPT de Roraima; Dr. Ricardo Gilson da Costa, Geógrafo e Professor da Universidade Federal de Rondônia; senhor Océlio da Silva, Coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens; senhora Vera Lúcia Gabriel do Conselho Indigenista de Rondônia.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Invocando a proteção de Deus, e em nome do Povo de Rondônia, declaro aberta esta Audiência Pública para tratar do lançamento do "Caderno de Conflitos Agrários".

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) - Pedimos por gentileza aqueles que puderem para que se coloquem em pé. Ouviremos o Hino Nacional

(Execução do Hino Nacional)

Estejam todos à vontade. Registramos e agradecemos a presença do senhor Nereu Klosinski, Presidente da Central Única dos Trabalhadores, ex-Deputado desta Casa de Leis; senhora Iranir Oliveira, Diretora-Geral de Educação que

representa nesta oportunidade a Secretaria de Estado da Educação - SEDUC; senhor José do Carmo Góes, Coordenador de Direitos Humanos da SEAS; senhora Hala Cristina, que representa a Secretaria de Ação Social - SEAS. Registramos a presença do Coronel PM Mauro Ronaldo, Comandante Geral da Polícia Militar. Coronel Ronaldo as nossas boas vindas. Obrigado pela presença acompanhado do Coronel Rildo José Flores subcomandante Geral da Polícia Militar; Padre Juquinha da Paróquia São João Bosco, muito bom dia. Irmã Elizabeth Nascifíco, Secretária Executiva da CNBB noroeste; Padre Alessandro Garbagnati, Missionário Comboniano do Coração de Jesus, da Paróquia Nossa Senhora das Graças, que nos honra com a presença; senhor Alex Geraldo Nunes, Missionário Comboniano da Paróquia Nossa Senhora das Graças; senhor José de Arimatéia vice-presidente da Emater, que nos honra com a presença; senhor Antônio Ferreira, Secretário Geral do Sindicato dos Servidores Federal de Rondônia. Agradecemos a presença dos Peritos Mecanismos Estadual de Prevenção e Combate a Tortura no estado de Rondônia; senhor Geovanny dos Santos, representante do Centro Especializado de Assistência Social do Município de Porto Velho; senhor Delgado Mário Jorge que representa a Polícia Civil. Nós queremos de modo muito especial agradecer a presença dos Coordenadores da Pastoral da Terra, que muito nos orgulha a presença dos senhores. Senhora Maria Agostinha, membro da Coordenação Interina da Pastoral da Terra do estado do Amazonas, nossas boas-vindas. Senhor Sérgio da Silva Muniz, da Pastoral da Terra, de Parintins, Amazonas. Senhora Maria Petrolina, Coordenadora da Pastoral da Terra do Estado de Rondônia; senhora Lidinalva membro do Movimento das Mulheres Camponesa; Padre Antônio Fontinelle, Padre da Catedral Sagrado Coração de Jesus. Os nossos cumprimentos em

especial aos acadêmicos do curso de geografia da Universidade Federal de Rondônia.

Senhores, nesse momento, nós teremos uma apresentação muito especial e nós queremos que todos os senhores acompanhem conosco. Nós teremos a mística de abertura, essa intervenção cultural e vamos saudar com alegria os nossos queridos artistas que irão nos brindar com essa apresentação.

A SRA. MARIA PETROLINA NETO - Quem tem o livrinho pode acompanhar, no número 08, 'Canto dos Mártires da Terra'. Com essa música nós queremos trazer todos os companheiros e companheiras que tombaram; que estão registrados neste Caderno, mas também aqueles que não foram não chegaram até nós, que estão aí no anonimato, que não conseguimos registrar.

(Momento do Cântico)

O SR. COSMO - **Poesia** - 'Nesta terra prometida, onde existe tanta vida, e dela nós tiramos o pão. Mas com a ganância do homem, o projeto troca de nome para enganar a nação. Terra essa, terra aquela, terra rica, terra bela que Deus deixou para nós. Mas com esse tal de crescimento está aumentando o sofrimento e calando muitas vozes.

Cadê a nossa floresta, para onde que ela foi? Virou plantações de soja e cana e pasto para criar boi. E, os animais que lá moravam, os nativos que ali habitavam para aonde que eles foram? Cadê a nossa floresta, para onde ela foi? Virou plantações de soja e cana e pasto para criar boi. E, os nativos que lá moravam para onde que eles foram? Aonde era mata cerrada, hoje é grande fazenda marcada, ninguém nem conhece mais.

Forte barragem, grande represa, destruindo a natureza e matando os animais.

A terra chora, a terra sente, o clima muda de repente, há fortes chuvas e temporais, mas, talvez sejam alguns sinais de uma mãe que perde os filhos, que não voltam nunca mais'.

Cantemos esse refrão que todo mundo conhece. "Esse é o nosso País, essa é a nossa bandeira e é por amor a essa pátria Brasil, que a gente segue em fileira. E é por amor a essa pátria Brasil, que a gente segue em fileira. A ordem é ninguém passar fome, o progresso é o povo feliz e a reforma agrária volta, do agricultor à raiz. Esse é o nosso País, essa é a nossa bandeira, e é por amor a essa pátria Brasil, que a gente segue em fileira". Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Bom dia. Quero agradecer a presença de cada uma e cada um que estão presentes, acolher com muito carinho as lideranças que vieram de outros Estados, recepcioná-los aqui na nossa nova Casa, para nós é uma honra. O outro espaço que a gente tinha era muito pequeno para poder fazer os nossos eventos e aqui agora a gente pode acolhê-los com mais carinho e com mais espaço na nossa nova Casa. Então eu desejo a todos que tenham uma boa estada aqui na nossa Capital, com todos os nossos problemas, com todos os nossos defeitos, mas, somos um Estado pujante, assim como os Estados de vocês também o são. Então sejam bem-vindos.

Quero cumprimentar aqui em especial a nossa Mesa posta, começando pelo Dom Mário Antônio da Silva, um nome bastante brasileiro para um Bispo. Da Silva, não é fácil, Dom Mário. Dom Mário da Silva. Da Silva, embora seja um

nome bastante conhecido no Brasil e bastante popular, vem dos portugueses, talvez o senhor vinha...

O SR. DOM ANTÔNIO DA SILVA - Meu bisavô.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Bisavô português, está vendo? Então tem bastante afinidade com o Brasil.

Padre Valdecir, já conhecido, Coordenador da nossa Pastoral; Dr. João, que é Defensor Público; senhor Erasmo, Superintendente Regional do INCRA, o homem que tem um desafio na mão muito grande e junto com ele, eu cumprimento também a minha amiga de muitas batalhas, Márcia, está ali também junto com Erasmo; a senhora Darlene, Coordenadora da CPT do Acre. Seja bem-vinda, Darlene; Professora Dra. Maria José dos Santos, Agente da CPT de Roraima; Dr. Ricardo Gilson da Costa, geógrafo e professor da Universidade. Esse aqui é mais ou menos conhecido nosso. O Océlio também é bastante conhecido nosso; Coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragem; senhora Vera, do CIMI. Sejam todos bem-vindos. Cumprimento o Comandante Geral, o Comandante Ronaldo, meu amigo pessoal, a pessoa bastante sensível a causa e a luta da reforma agrária no Estado. A gente conhece as dificuldades e os problemas que o senhor já passou para chegar aonde a gente já chegou. Seja bem-vindo a nossa Casa. Junto com ele, eu cumprimento aqui o Nereu, o Padre Ton que está aqui presente, enfim, a todas nossas lideranças do nosso Estado. Para mim é uma satisfação muito grande poder fazer esse evento a pedido da CPT, a pedido da nossa Igreja e poder apresentar, infelizmente não é bom a gente apresentar isso, um Caderno de Conflitos no Campo, mas, é uma realidade que nós vivemos e que o Estado

brasileiro não tem a coragem de apresentar. Para isso, nós temos os nossos organismos, as nossas formas de apresentar, as nossas organizações que constroem como a CPT constrói isso e pode mostrar. Como disse não é glória para ninguém ter que fazer isso, não é. Para mim não é glória apresentar isso, mas é importante para que a sociedade possa saber o real mundo em que a gente vive. Não o mundo da Rede Globo, o mundo das grandes mídias, mas o mundo real, poder mostrar a forma de distribuição de terra nesse País, injusta desde o começo, e é muito fácil hoje a gente ouvir falar algo contra os sem-terra, contra a luta pela terra quando não conhece a história e não conhece a luta. Então, a gente passa por um momento num País bastante difícil e que essas atividades e essas ações elas são importantes, principalmente, numa Casa de Leis que, infelizmente, não tem o conhecimento necessário para poder fazer esse debate, e não culpo ninguém por isso. Eu tive o privilégio de participar e de viver a minha vida dentro dos movimentos e aprendi a conhecer a realidade brasileira, que não é a mesma realidade apresentada nos livros de história, Dom Mário, não é a mesma realidade. E 99% da população brasileira conhecem a realidade dos livros de história. Então esta Casa representa essa sociedade e aí a gente tem a dificuldade de poder mostrar a realidade do que é o campo brasileiro, do que é a vida e a luta dos trabalhadores sem-terra ou dos com terra para poder permanecer e viver nela. Então é isso e eu agradeço a presença de todos. A gente espera que o evento possa repercutir bem e conseguir mostrar para fora daqui o que nós vamos mostrar aqui hoje, está bom. Sejam todos bem-vindos.

Nós vamos, a dinâmica vai ser de ouvir a palestra agora e depois a gente passa a Mesa. Aqui não é Audiência Pública, mas, porque Audiência Pública eu deixo a Mesa para falar por último Dom Mário, Audiência Pública mesmo a gente

houve, se é pública é o povo que tem que falar. Aqui nesse caso não é uma Audiência Pública, mas a gente vai ouvir ali a apresentação do Padre, do Zezinho, não é? Mas, eu; não têm jeito, não adianta, é Padre Zezinho. É que nem Padre Ton, quem carregou isso vai ter que carregar para o resto da vida, agora não adianta querer disfarçar mais não, viu Padre. Agora tem que partir para cima.

O SR. DOM MÁRIO ANTÔNIO DA SILVA - Mas, o Zezinho assume.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Ele assume, não é? Muito bem Zezinho, é nosso amigo.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) - Nós registramos a presença da senhora Maria Goreth Araújo Reis, Pró-reitora do Instituto Federal de Rondônia.

Senhoras e senhores, convidamos o senhor Josep Iborra Plans, membro da Articulação da Amazônia CPT, que proferirá apresentação dos dados do Caderno de conflitos no Campo. Uma forte salva de palmas a ele.

Boa palestra.

O SR. JOSEP IBORRA PLANS - Obrigado. Bom dia a todos! Primeiro destacar que esta apresentação daqui é um pouco fruto do trabalho de muitas pessoas da Pastoral da Terra que quando acontece alguma coisa eles registram, eles comunicam, eles divulgam o que está havendo. E esses dados somados todo o ano no Brasil e logo, eu acho que estamos com 39 anos que faz esse trabalho a Pastoral da Terra.

E o que está havendo, esse ano passado, pode passar, por favor. O destaque é das ocorrências. As ocorrências

tiveram um ligeiro aumento, mas, o que chama mais atenção é o número de atingidos, de pessoas, quase um milhão de pessoas do Brasil estão atingidas por conflitos no campo. Pode passar também.

Aqui, outra coisa que, aqui estão os dados dos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima que aqui estão representados, não é? E eu vou dar destaque também para Amazônia Legal. Na Amazônia Legal não aconteceram mais conflitos que no resto do Brasil. Amazônia Legal é 60% Território, então o número de pessoas atingidas, o número de conflitos não é diferente do resto do Brasil não. O que destaca aqui na região Amazônica é o número de terras em disputa que no Brasil saiu um aumento exponencial de 8 milhões de 2014 passou para 39 milhões de hectares este ano. Este é um dos dados que não resulta fácil de recolher porque quando é um conflito no lugar você pergunta: e a área que está em disputa, é qual o tamanho? E não é fácil de saber, não é? Mas, nós estamos nesses dados aí calculando que nós chegaremos quatro e meio para cinco, quase uns 5% do Território Nacional está em disputa. É o que chama mais atenção é que esses hectares a maior parte estão na Amazônia Legal. Aqui tem os dados de Roraima, Roraima destaca nesse item, talvez por que teve o repasse das terras da União para o Estado, aí isso virou um conflito enorme nas áreas que estão na disputa, sobretudo no Estado de Roraima, mas, também no Amazonas, no Pará, em Rondônia, Mato Grosso. E aí todos os Estados daqui da Amazônia, tem muitos hectares de terra em disputa. E agora pasme, isso representa os 97% quase 98% do Território Nacional em disputa. Dizer o que está em disputa do campo nas áreas em disputa é a Amazônia, talvez vocês vão explicar por que. Em todos os Estados, nós vemos que nos instigue entre conflitos por terra, conflitos por água e conflitos trabalhistas. Nos conflitos por terra a maioria

de famílias um aumento ligeiro 11%, na Amazônia os atos em vermelho são sempre um pouco mais altos, exceto de famílias despejadas que teve uma ligeira redução. E depois em relação com Brasil, o número de ocorrência por terra é a mesma coisa, não é diferente, não tem mais conflitos aqui do que no resto do Brasil. O que destaca é a violência, vamos ver; aqui os conflitos pela água, tem um destaque também nesse livro, porque deste que começaram a ser contabilizado ou separados CPT, eles tinham tido um aumento continuado os conflitos envolvendo usinas, hidrelétricas e outros tipos de conflitos relacionados com água. Pensando no Brasil, só com as barragens que arrebentou isso já aconteceu também aqui em Rondônia, preocupa. Aqui têm os dados do Brasil, os dados da Amazônia. Os conflitos, trabalhistas, têm haver com mais com trabalho escravo, e aqui agora uma grande preocupação aqui está a fotografia do acampamento dos Venezuelanos lá em Manaus, lá na Rodoviária de Manaus. O que está em preocupação agora, é que houve uma redução, mas, não houve redução porque há menos trabalho escravo. Porque há menos fiscalização, porque há menos meios para fiscalização, e isso é uma das preocupações, estão retirando as condições da equipe móvel, do pessoal que estão fazendo fiscalização, isso está fazendo com que fica ser mais um problema que fica escondido. E o tema da violência; o tema da violência no campo é um tema preocupante para nós especialmente aqui na Região Amazônica, porque aqui concentra a maior parte da violência. Aqui, nós divulgamos os números de assassinatos de camponeses, e houve uma redução, aqui vocês vêm de setenta e um que houve no Brasil, passou a cinquenta e seis na Amazônia, em 2017, agora passou de vinte e oito, a vinte quatro na Amazônia, quase 50%. A maioria dos números de violência tem produção e citando as agressões, que aumentou em 32%, e as torturas, esse aumento das torturas também é

preocupante, 350% de aumento das torturas registradas, a maior parte é aqui na Região Amazônica também. Agora porque baixou o número de assassinatos? Eu vou deixar as interpretações para quem está na Mesa. Bom aqui os dados, a maior parte da violência, dos assassinatos são na Amazônia Legal, 86%, os conflitos não são mais do que no resto do Brasil, mas, a violência sim se concentra aqui na Região Amazônica. Sobretudo o ano passado destacou os assassinatos no Pará, mas também aqui em Rondônia, Rondônia, está em segundo lugar nacional nas mortes. E aqui tem seis marcadas, mas, nós já estamos querendo pedir para que incorpore mais quatro mortes o ano passado, que nós confirmamos serem de camponeses por conflito agrário, duas também no Mato Grosso. E esta foto aqui, já é uma das mortes que aconteceu aqui na Região na Ponta do Abunã, e é dentro do Amazonas, mas que foi enterrada no Acre. Esses são os nomes do registro daqui de Rondônia, os lugares onde aconteceram. Tudo isso vão achar no livro, e os dados vão divulgados também digitalmente.

Aqui nós estávamos contestando com o delegado agrário os nomes, ele tem alguns nomes a mais e alguns a menos dos nossos, tem alguns assim que às vezes nós deixamos como suspeitos, não tem clareza sobre as causas.

Aqui tem um resumo dos dados dos companheiros aqui nos presentes, os dados do Acre, 59 conflitos, 24 mil pessoas para um Estado tão pequeno, é muita coisa. Eles têm que considerar também que o Acre, acompanha Boca do Acre, Pauini, que acompanha os de lá, que foi uma parte do Amazonas, do Sul do Amazonas, mas a CPT do Acre que acompanha as ameaças de despejo e a pistolagem. No Amazonas, não é? Também 34 mil pessoas envolvidas nos conflitos, houve um despejo apenas lá em Manacapuru que foi mais de 400 famílias, uma coisa terrível. Depois, aí, tem a segunda maior área de disputa do Brasil 11.000 hectares em

disputa. Pelo sul do Amazonas agora é uma das grandes áreas disputadas de terra de grilagem de terras de ocupação, ameaça de despejo, casas destruídas, ações de pistolagem, mais de 300 em Rondônia, não é? Os conflitos nós calculamos que atende mais de 58 mil pessoas. E esses 77 conflitos não quer dizer que exista mais conflitos no Acre e nos outros estados, são os conflitos que tiveram ocorrência. Ocorrência quer dizer que teve alguma movimentação. Tem outros muitos conflitos latentes, pendentes, que talvez nós não registramos nenhuma atividade, nenhuma ocorrência aí, não é? Enfim, também destaca os conflitos pela água aqui em Rondônia, os companheiros do MAB vão poder falar disso. Em Roraima é a maior superfície em disputa, eu já falei isso.

Aqui a professora Maria José vai poder explicar um pouco melhor o que está acontecendo lá. E nós destacamos também que o ano passado tem muita violência contra os indígenas, sobretudo, a partir do segundo turno presidencial. Esses discursos que se fazem contra quilombolas, contra indígenas depois tem repercussão na prática, nas bases como na área karipuna, na área Uru-Eu-wau-wau aqui em Rondônia. Um dos registros que houve conflitos a partir do segundo turno uns 20% foram de indígenas.

Aqui tem um gráfico elaborado por um professor que está no livro, o Professor Walter, onde a linha vermelha representa os conflitos por terra; e a verde e a roxa representam nossas ocupações e acampamentos. Ai diz: 'ah, tem muito conflito porque tem muita atividade dos Sem-Terras'. Não é verdade. A maior parte dos conflitos de violência são agressões contra os posseiros. São provocadas pelos latifundiários que é a linha vermelha. Quer dizer, as ocupações reduziram, os acampamentos reduziram, mas não reduziu a violência, não reduziram os conflitos. O que se reduziu drasticamente foram as desapropriações para Reforma

Agrária. Então essa desigualdade terrível da distribuição da terra fica cada vez pior, mas concentração da terra, menos distribuição da terra para aqueles que não têm, enfim.

Outra coisa a destacar também é a violência contra as mulheres. Eu queria destacar essa fotografia porque um dos dados positivos aqui de Rondônia, a fotografia é da Comunidade Santa Fé, que aqui tem uma representante aqui entre nós, que conseguiu o título da terra. Eu acho que foi dos únicos títulos da terra se não o único que conseguiu no Governo Temer em uma Comunidade Quilombola aqui do Estado. Isso foi graças ao esforço do Incra daqui do estado também, é do servidor do Incra e da luta e resistência da Comunidade, e especialmente das mulheres da Comunidade, que elas foram as grandes guerreiras, aqui estão juntas com o companheiros do MST na celebração do Título. Mas as mulheres têm sido duramente atingidas pela violência.

Aí houve um destacamento dos últimos 10 anos; 38 assassinatos a mulheres; 80 que tentaram assassinar, ameaçadas de morte 400; mortes em consequência dos conflitos mais 22; presas, detidas, até estupradas. E esse ano também teve muitos, assim, não teve nenhum assassinato de mulher registrado pela CPT, mas as detidas e agredidas muitas.

E aqui eu quero encerrar com uma frase dos nossos coordenadores nacionais que eu vou ler. 'E na mais densa escuridão da noite que se aproxima a aurora de um novo dia. O Deus e Jesus Cristo libertador está conosco e não abandona os pobres e pequenos, jamais. Como diz o canto bíblico em nossas comunidades se calarem a voz dos Profetas as pedras falarão. Se fecharem os poucos caminhos mil trilhas nascerão'.

E tem mais um slide aí para passar. Ah, está passando aqui diretamente, como que é? 'Ninguém solta à mão de ninguém', esse é o nosso lema.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado Zezinho.

Nós estamos vivendo uma fase que a gente estava falando no começo, difícil, não é? Onde o Presidente da República pega o aparelho de celular e grava um vídeo aconselhando a não se cumprir a lei existente no país, com relação à invasão de áreas protegidas, Reservas ou Terras Indígenas, e aí nós temos a honra de ter um Senador que vai lá questionar o trator que foi queimado. Mas não se preza a honra de fazer cumprir a lei do Estado e a lei brasileira. Como ele é Senador deveria fazer isso. Ao invés de estar questionando a máquina queimada, o senador Marcos Rogério ele deveria de estar questionando o não cumprimento da Lei Federal que trata da proteção das Áreas de Reservas no nosso Estado. E, o Presidente da República; e o Presidente da República, também não é de estranhar fazer um vídeo desses. Não dá para estranhar ele fazer, o Presidente fazer não, por que. Aliás, ouvi uma matéria dele ontem, pedindo para os ministros não fazerem nada de errado nesse período, agora, para aprovar a Reforma da Previdência. Depois que ele fez tudo isso, ele está dizendo que não é para fazer nada de..., para não caçar polêmica, nós não podendo caçar polêmica. Então, isso é muito ruim, é muito ruim. Onde você vê as pessoas invadindo as terras Uru-eu-wau-wau aqui no Estado. Tira, volta de novo, tiram, quando tiram 100, eles voltam com 200 e ninguém faz nada, ninguém. Mas questionam uma máquina velha queimada. A Lei diz que tem que queimar ou tem que inutilizar, é isso que diz a Lei, inutilizar, porque está fazendo crime, está cometendo crime. O cidadão

quando ele comete crime, ele vai ser inutilizado na cadeia, ele vai para cadeia, ele vai ficar por um período na cadeia para cumprir o crime. E, assim, é equipamento também, tem que ser inutilizado mesmo.

Mas, vamos lá então para as falas. Nós temos 04, 04 falas, 05 falas da plateia, ou dos companheiros e companheiras que estão aqui. E, nós vamos começar com uma mulher, a senhora Terezinha, quilombola de Santa Fé, Terezinha Gomes de Almeida. Eu não vou pedir para limitar o tempo não. Só vou falar chega!

A SRA. TEREZINHA GOMES DE ALMEIDA - Bom dia a todos e a todas. Meu nome Terezinha, sou a Comunidade Quilombola de Santa Fé. Vou contar um pouco para vocês como está a nossa realidade.

Depois de 13 anos de lutas, primeiramente, graças a Deus e depois todos aqueles que tiveram envolvidos pela nossa luta e pela nossa causa, e também, nós mulheres que estávamos à frente, principalmente, lutando, sendo ameaçadas também, conseguimos a titularização da terra. Hoje, mas nós não queremos que, o nosso medo antes era que depois da titularização, a nossa Comunidade fosse esquecida. E, realmente é o que a gente está vendo, que hoje nós estamos ficando esquecidos. E, nós não queremos isso, nós queremos direito à Educação, à Saúde e é o que nós não estamos tendo na nossa Comunidade. Nossas crianças saem de casa 11 horas da manhã para poder estudar à tarde, e chegam às 21 horas da noite em casa. Isso não é justo, crianças de 02, 03 anos, não é certo. Saúde, agora, a gente tem agendar para fazer uma consulta. A gente não adivinha quando que a gente vai ficar doente. Então, a gente quer; a gente não está pedindo um favor, a gente só quer o que é o nosso direito. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Muito bem, dona Terezinha. Agora, a dona, a senhora Ivonete Rivero de Souza de Roraima. Rivero, não é? Porque aqui tem acento i. Eu acho que é River.

A SRA. IVONETE RIVERO DE SOUZA - Bom dia a todos e a todas. Eu me chamo Ivonete, sou de Roraima, do Município de Caracarái Roraima. Também sou trabalhadora rural de Caracarái, também sou Vice-Presidente do Conselho Fiscal da Associação de Catadores e Catadoras de Material de Reciclagem de Caracarái. É importante lembrar que nós também defendemos, também, o Meio Ambiente, nosso Meio Ambiente, com os nossos artesanatos em Roraima. E, também, eu quero também falar um pouco do nosso conflito no Estado de Roraima, também, porque a gente tem uma terra, também à beira da margem do Rio Branco também. Estamos sofrendo pressão de fazendeiros e madeireiros na nossa área. Então, nós viemos aqui, também, pedir que o povo olhe para nós, que demarcam nossas terras. Que nós estamos lá desde 2001, lutando para que nós tenhamos a nossa área demarcada. E, nós nunca conseguimos, não somos olhados por ninguém. Somos um povo esquecido, também em Roraima. Em Roraima, lá na nossa área, também, já houve mortes, não foi registrado, mas houve morte por causa de terra, dois irmãos se mataram ano passado em conflito de terra, na área do Cujubim Beira rio. Então, a gente pede, encarecidamente, que o povo nos escute, que não venha ficar os nossos pedidos só no papel. Que lembrem na nossa demarcação da nossa área no Estado de Roraima também. E, eu também agradeço. É só isso que eu queria falar.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado. Senhor Paulo Sérgio, acampado de Palotina aqui no Acre.

O SR. PAULO SÉRGIO - Bom dia a todos. Quero agradecer a oportunidade que a gente está tendo hoje de trazer um pouco do nosso sofrimento no campo. Então, assim, eu sou de Rio Branco, do Acre, mas represento um povo do Seringal Novo Natal, do Sul de Lábrea, que é divisa com o Acre. E a gente tem a ocupação lá de 200 famílias, aonde nós fomos já ameaçados de morte pelos fazendeiros, por policiais militares. Já fomos presos, eles inventando crime ambiental para nós, dizendo que nós estávamos em uma área do ICMbio, nos levaram para a Federal, que o fazendeiro tem amigo que já foi Superintendente da Federal, que facilita essa situação para ele, tem amigo Comandante da PM tanto no Acre como no Amazonas, delegado e fica usando essas pessoas para prejudicar a gente lá, inclusive, eles levam viatura do Acre para o Amazonas, eles trabalham em conjunto, só que já teve prisão de policiais lá também. Então, a gente vem aqui pedir encarecidamente ao Governo do Amazonas, a Assembleia Legislativa que está intervindo por nós, fazendo esse Caderno, que olhe por nós, pelo Acre, pela divisa aqui do Amazonas com Rondônia, que a situação aqui não é fácil. A gente teve em um acampamento nosso, nós tivemos 12 redes cortadas de terçado por policiais, sem mandato judicial, ele vai ao campo lá, corta e faz o que quer sem mandato judicial. O fazendeiro, ele tem uma terra sem limite, ele não tem limite de terra, lá o INCRA deixa o fazendeiro à vontade em terra devoluta e enricando, se enricando ilicitamente e usando a área que é do povo, que está escrito no INCRA há 20 anos, 25 anos, teve deles que já morreu e não teve acesso a essa terra, sendo que está na mão dos grandes fazendeiros, os pequenos não têm acesso. Hoje, se o INCRA for assentar alguém, ele vai ter que desapropriar o fazendeiro, tipo assim, chegar lá, pagar para ele a terra que não é dele, para poder assentar o povo

que é dono da terra. Eu queria agradecer a todos aqui, eu queria falar mais, mas, o tempo é curto e eu quero agradecer. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente)- Muito bem, Paulo Sérgio. Obrigado.

Senhora Kaniari Huni kuin.

A SRA. KANIARI HUNI KUIN - Sou Lidinalva, eu sou do povo Apurinã, companheira de Huni kuin, Cacique "Kaxinawá", Huni Kuin Kaxinawá e eu vim pelo MMC - Movimento das Mulheres Camponesas. Então surgiu a proposta de falar do conflito, então como eu sou dentro de um povo e nós temos que falar o que está acontecendo na nossa realidade que é o conflito da nossa terra, que há muito tempo a gente vem sofrendo com o que está acontecendo lá. Então, como eu vim pelo Movimento das Mulheres Camponesas, eu já estou representando, antes de eu ir para lá, eu fui vítima de violência doméstica, eu não estou aqui para falar do que eu já passei, porque é muito sofrido. Então eu vou falar no sofrimento do meu povo, o que está acontecendo lá, mas ninguém melhor do que ninguém como um deles para representar. Então, eu reivindico sim uma representação de uma liderança do meu povo, o Presidente da nossa Associação Antônio Carlos Alberto Nunes, que é o atual Presidente da nossa Associação, eu reivindico sim que nós nos unamos, juntemos as mãos, realmente sem preconceito, com união, se nós não dermos as mãos como que nós vamos nos unir? Como que nós vamos fortalecer junto? Então, como eu vivencio o que está acontecendo lá esse conflito de terra que já teve morte no passado e essa morte ficou por isso mesmo. Foi agredido um senhor idoso, que até hoje, apesar desses anos

que se passaram, ainda sente a pancada na sua cabeça. Vive em consequência de problema de saúde, devido as porradas que pegou de polícia. Então, nós sofremos conflitos sim com os fazendeiros, que a cada dia vem tomando espaço do nosso chão para plantar. A nossa natureza está acabando, a nossa floresta está acabando, nós não temos mais animal para a nossa alimentação. Nós só temos um lago, esse lago, os fazendeiros fazem arrastão, quando nós vamos pescar já não tem mais muita coisa. Os peixes só são bons nos rios quando tem a piracema, na época do inverno fica difícil a nossa alimentação. Se nós não tivermos terra para plantar, para nós produzirmos nossa alimentação, nós vamos passar fome, gente, nós já passamos situação difícil, nós estamos em nossa alimentação, nós precisamos da floresta para sobreviver, está acabando o nosso alimento; nós não temos mais como sobreviver, nós estamos passando necessidade sim gente, nós pedimos socorro e que isso não fique só no papel, eu estou falando sim, mas eu exijo que venha um de lá e fale por eles também, um único genuíno puro e verdadeiro. Eu sei por que eu convívio junto com eles, eu sento e como junto com eles, eu vivo a vida junto com eles porque eles fazem parte do meu coração. Então, eu peço para vocês, realmente, juntar as mãos e as pessoas investigar e chegar até lá e vê o que realmente está acontecendo, porque que nós já tivemos dois estudos de terra e não foi concluído ainda. O que aconteceu para isso não ser concluído? Porque a Funai não deu resultado para nós? Porque que nós fizemos uma carta de denúncia, mandamos para o Distrito Federal, Brasília, e não tivemos resposta ainda? Que o que nós estamos fazendo aqui não fique só no papel porque muitos de nós já baixaram a cabeça. Muitos ficam jogando culpa um no outro, mas, realmente, se nós não nos juntarmos e unirmos as mãos e ficarmos de união mesmo nós não vamos chegar a lugar nenhum. Então, vamos realmente

juntar as mãos e fazer a diferença com que, realmente, nós conseguimos a nossa terra para nós plantar o nosso pão de cada dia. Gratidão gente, eu não vou falar mais não porque senão eu vou findar chorando, mas gratidão por tudo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado Kaniari, muito obrigado.

Por último o senhor Marcos Carvalho, do Acampamento Dois Amigos.

Vai lá Marcão. E aí nós vamos passar já para a Mesa.

O SR. MARCOS CARVALHO - Bom dia a todos! Meu nome é Marcos. Senhores eu vim falar sobre o Assentamento Dois Amigos que iniciou em 2014 no Distrito de União Bandeirantes divisa de Porto Velho com Nova Mamoré. Então senhores, as famílias começaram, adentraram nessa área e começaram a exploração das terras em 2014 e foi acordo firmado com o fazendeiro que se os Camponeses permanecessem com a terra, ele ficaria com a madeira. Então, a partir do momento as famílias começaram a ocupar essa terra, então todos sabem que já de início faz as casas improvisadas, de barracos, chamados barracos, que é de lona e palha. Então, após os barracos de palha senhores, as famílias começam a construir as casas mais segura de madeira e começa também o seu plantio, melancia, plantação de arroz, animais de pequeno porte.

Senhores, no ano passado, no mês de março de 2018 os moradores começaram sofrer ameaças por parte do fazendeiro. Então colocou, começou colocar pistoleiros, guachebas, para começar ameaçar as famílias lá. Então, no final de março

também houve a Polícia Militar também esteve lá, que fez uma reintegração de posse sem Oficial de Justiça, sem nenhum mandato e queimaram o barraco das famílias. Aí tocaram fogo nos barracos, entupiram os poços e de certa forma uma situação muito cruel naquela localidade foi feita e a partir daí as famílias começaram a provocar o Estado, oficializando o Estado juntamente com o Deputado Lazinho, nós tivemos com ele na antiga Assembleia.

Aí então nós começamos a provocar o Estado, a partir daí começamos oficializar tanto o Comando da Polícia Militar como o Sesdec, Ministério Público Federal, Estadual, da real situação que estava acontecendo, que as famílias estavam sofrendo ameaça tanto por parte de possíveis Policiais Militares que estavam envolvidos e o Deputado Lazinho ele tem ciência, ficou ciente dessa situação que ocorreu, então nós fizemos uma manifestação no dia 20 de junho, tivemos Ata do que ocorreu e pedimos, fizemos uma manifestação e demos entrevista em Rede de Televisão e tudo.

Senhores, no dia 7 de julho 2018, eu mesmo fui até o município de Guajará-Mirim, despachei um abaixo assinado junto ao Comandante daquele Batalhão, que na época, era o Tenente Coronel Braga. Então, o abaixo-assinado estava claramente dizendo o que estava ocorrendo naquele local, sob a questão de ameaça tanto por policiais militares quanto por fazendeiros e ele pôde ver realmente, assistir realmente o que estava ocorrendo naquela região lá. Só que no dia 25 de julho de 2018, houve o conflito, onde levou três vítimas fatais, dois camponeses e um policial militar. Eu não vou entrar em detalhes sobre as questões, porque como ocorre judicialmente, não é? Então, pessoal como o massacre de Corumbiara, assim também ocorreu na nossa localidade. Então, para a gente é uma brutalidade, uma

fatalidade que ocorreu com os nossos companheiros, de tanto a gente provocar o Estado, mas, parece que o Estado não está enxergando a gente falar e o pior não é isso, o pior é ter que ouvir o Comandante falar que a polícia confrontou com marginais, falar que eram marginais que estavam no local confrontando com a polícia, sendo que eu mesmo sentei à mesa dele e falei para ele que era camponês e precisava de apoio e que eram policiais militares que estavam indo fazer ameaça com as famílias e a gente tem que aturar isso, ouvir ele falar em rede estadual que se tratavam de marginais. Então, eu acho que é um descaso muito grande contra os camponeses, contra nós, que provocamos o Estado, contamos a real situação, dizemos, mas, infelizmente não obtivemos nenhuma resposta, a resposta que tivemos é essa daí. Poderia ter evitado, inclusive, o Incra também estava ciente disso aí, do que estava ocorrendo lá, mas, parece que existe certa morosidade por parte do Estado, por parte Incra, por parte de algumas pessoas que têm o poder de estar agindo, mas, não agem. Esta é a revolta, não só minha, mas de todo o povo; acho que vocês também estão aqui se sentem revoltados com a real situação. Então, é muito difícil e complicado a gente chegar aqui, falar, falar, nós vamos embora, se amanhã ou depois, é a mesma coisa, fica a mesma, parece que não houve nada, parece que o Estado não provocou nada, nada; nada se resolve aqui nesse Estado de Rondônia. Parece que é o Estado mais atrasado que tem é esse aqui.

O massacre de Corumbiara é um exemplo também, para a gente meditar sobre a questão que ocorreu, teve o envolvimento com policiais militares também nesse massacre. É inaceitável que a impunidade continue sendo a regra para crimes cometidos contra os trabalhadores e trabalhadoras do campo, investigar e levar justiça, mandantes e executores, assim como garantir o direito da terra, são condições

fundamentais para que haja justiça no campo e para efetivar vigência de direitos humanos no País. É o que está ocorrendo atualmente no mundo de hoje.

Então, senhores, após mais ou menos uns 20 dias da morte do nosso companheiro Thiago, nasceu a filha dele, que não vai poder conhecer o pai e nem acalantar pelos seus braços, porque a ganância por terra e muitas vezes pelo dinheiro que a gente não pode afirmar uma coisa que a gente não sabe, mas levou a morte de dois camponeses nossos e um policial militar. Então agradeço a oportunidade e obrigado por tudo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente)- Obrigado Marcos. Obrigado. Pediu aqui também, lá do Amazonas, o senhor Raimundo Nonakao, do NACA, agente da CPT, lá de Itacoatiara.

O SR. RAIMUNDO NONAKA - Bom dia a todos. Quero saudar à Mesa, quero saudar meus companheiros de luta que estão aqui reivindicando os nossos direitos com as nossas autoridades do nosso Estado, aqui de Rondônia, de Roraima, do Acre, da minha Amazônia. Então, eu quero dizer para vocês meus irmãos, assim com um pequeno refrão: nós somos seres humanos que vivemos na terra para produzir para trazer para as nossas Capitais, para as nossas cidades, para os nossos municípios, mas somos pequeninhos, mas, somos filhos de Deus. Então, na nossa terra de sofrimento, eu quero dizer para vocês que eu vivo no lago do Canaçari, município de Itacoatiara, sou um agente da Comissão Pastoral da Terra e vivo muito ameaçado. Já peguei lambada de fio elétrico, já fui preso, mas, estou aqui, não vou desistir, porque essa vida precisa de todos nós. Então, nos

nossos lagos lá, existem muitos invasores de grandes barcos de empresas que vêm depredar o nosso lago que é raso, que ele no tempo da seca, ele não dá nem duas lâminas de água. Então, ficam só os buracos que a gente chama de poço e lá eles invadem e levam tudo que é nosso. Mas com uma pequena Portaria que a gente tem do nosso IBAMA, a gente tem um acordo de pesca e temos já um pequeno resultado, então, isso para mim é uma vantagem muito grande porque a mesa nossa é farta com alimentos, mas estou vendo que a nossa Amazônia, o nosso Brasil precisa muito ser preservado, as nossas florestas, o nosso clamor, as nossas necessidades no nosso dia a dia. Então, eu digo para você, o mundo será melhor, quando o menor que padece acreditar no menor; certo homem colheu tanto que o seu armazém encheu, pensou que estava seguro, na mesma noite ele morreu. Seu corpo, levaram à cova e perdeu tudo que era seu. Então, não adianta esses homens grandes e ricos, fazendeiros, grileiros de terra que vêm tomando as nossas terras, levaram tudo e depois todos nós vamos passar por esse momento. Aqui é uma passagem.

Então, temos companheiros de conflitos de terras também lá em Itacoatiara, tem um companheiro Jorge, o Zé Jorge, que também já foi até sequestrado. Mas quando a gente vive com Jesus na frente, Ele está presente em todas nossas ações. Então, eu quero dizer para vocês, para nossas autoridades que não fiquem só na cidade, faça uma política para que as nossas autoridades venham também nos proteger na zona rural, porque nós precisamos de segurança também, não só... Eu sei que é pouco, diz que é pouco, mas vamos fazer política, meu deputado, vamos correr atrás lá no nosso plenário com esse nosso Presidente novo aí, que é da PM, é companheiro nosso, eu acho que vai ser companheiro nosso, apesar de tantas coisas que ele está querendo tirar da nossa zona rural, de pescadores, de agricultores, das

pessoas que moram na cidade, porque um salariozinho desses, que a gente já tem de miséria, desculpe a expressão, a gente precisa de mais um pouco no nosso salário, enquanto têm pessoas ganhando milhões e a gente vive no sofrimento.

Então, eu quero lembrar do pessoal do Amanã, dos quilombos do lago de Serpa, que são também pessoas sofridas, e dos meus companheiros que estamos aqui todos nós reunidos, gente de braços dados, conclamando, pedindo socorro de todas as autoridades para que olhem as nossas necessidades, que a gente precisa mesmo de ser olhado por vocês, porque vivemos lá dentro daquele cabeceirão, daquelas matas dessa grande Amazônia Legal que nós vivemos. Meu muito obrigado, que Deus tome muita consciência em todos nós e nas nossas autoridades muito mais, porque nós precisamos estar lutando. Não vou desistir, posso morrer, não quero que o meu nome seja divulgado como meu companheiro Chico Mendes, depois que morreu fizeram um Instituto somente para ganharem dinheiro na costa dele. Então, eu não quero que o nome de nenhum desses mártires da terra que vivem a lutar, seja feito um Instituto simplesmente para ganharem dinheiro; mas que nós venhamos a lutar hoje com vida e darem valor para nós também, muito valor para nós. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado, senhor Raimundo, muito obrigado. Registrar a presença do Ademar, Ademar do Idaron, obrigado por ter vindo. Arine, Arine Caçador, é isso? Seja bem-vinda Arine. Ela é Coordenadora do PNUD. Vou falar o que é, porque senão vai... Coordenadora do Projeto de "Justiça Presente", representando o PNUD, é isso? E o Haddad, que não é o Haddad lá de São Paulo, mas é de São Paulo também, não é Haddad? Paulo Haddad é Diretor Executivo da SEAGRI, gente,

amigo nosso também. Agradecer a presença do Vereador Francisco, ele está falando; se não falar que ele está aqui, ele me bate; lá de Rolim de Moura, Chico do Sindicato, está ali.

Vamos lá então. A primeira a usar a tribuna, senhora Vera Lúcia, Conselho Indigenista de Rondônia. Senhora Vera, vá lá, pode ser aí mesmo, onde quiser.

A SRA. VERA LÚCIA GABRIEL - Bom dia a todos. Eu faço parte da equipe de Coordenação do CIMI - Conselho Indigenista Missionário. O CIMI nasceu junto à luta pelos direitos da vida, nasceu junto com a CPT. A gente caminha junto, tem que caminhar junto. Olhando todos esses relatos de conflitos, de violência, morte, perseguição, tudo isso é o que os povos indígenas vêm passando também. Nós também temos esse Caderno de violência, onde é registrado todo tipo de violência que sofre os povos indígenas no Brasil todo. E a mesma causa de morte, de violência que o povo do campo passa, é também esta causa dos povos indígenas. O que causa tanto conflito, o que causa tanta ganância? É esse agronegócio, o 'agro' que vem assolando demais, freneticamente, fazendo com que os povos que estão na terra, sintam medo, entregue aos poderosos. E, nós, os povos indígenas também estão sofrendo com todos esses entraves. Como disseram aqui, desde o início, como tem registrado aí no Caderno, desde após o primeiro turno presidencial, os povos indígenas vêm sofrendo cada vez mais ameaças. Ameaças por madeireiros, garimpeiros, fazendeiros, as hidrelétricas que estão aí surgindo, pipocando e invadindo as terras, os loteamentos que surgiram após o turno presidencial. Então, pipocou bastante loteamento de terras indígenas, que é terra da União, abertura de estradas dentro das terras indígenas. E aí a gente sabe que

o conflito torna-se maior, e aí a gente vê muitos movimentos que são feitos para a defesa da vida.

Neste momento, lá em Brasília está acontecendo a ATL, que é o Acampamento Terra Livre. Milhares de indígenas aliados, parceiros, companheiros da causa estão lá, lutando, gritando porque há conflitos, há mortes, há perseguições. Nós aqui de Rondônia estamos reunidos também, lá no CAP, para o 'Abril Indígena', que vai até amanhã. Amanhã nós temos uma mobilização também. E, esse Abril Indígena conta com os povos indígenas daqui de Rondônia. Sabemos que aqui em Rondônia são mais de 60 povos, mais de 60 culturas diferentes, línguas diferentes, artesanatos diferentes, vidas diferentes. São territórios ameaçados também, povos que vivem à mercê da sorte, mas que não se amedrontam, que vão à luta. E, aí, a gente vê, foi citado e vocês vão ter aí no Caderno essa placa, que em toda terra indígena, onde há terra indígena, início da terra indígena há uma placa do Governo, que é verde e amarela. E nessa placa vem escrito que ali é uma propriedade Terra Indígena, que não é permitido pessoas que não são, a não ser os aliados, companheiros, à entrada. E, o que eles fizeram, essa placa lá na terra indígena karipuna, que é aqui em Rondônia, cravada de bala. E, como foi citado aqui várias vezes, é uma terra que está sendo invadida por madeireiros. Se a luta é pela vida, vocês do campo, os povos indígenas estão lutando pela vida, pela preservação da natureza, também foi outra palavra que saiu bastante aqui, 'preservar'. Cadê a nossa floresta? Conforme foi lido aqui. E a luta é pela floresta, a luta é pela dignidade da pessoa. E aqui, então, a gente registra também vários, vários conflitos que estão havendo em vários lugares. Assim como na terra Uru-eu-wau-wau, assim como na terra indígena Ribeirão, Laje. E, aí, se a gente for ver, em várias terras indígenas aqui em Rondônia estão sendo ameaçadas e pelo

Brasil afora também. Então, a gente está junto nesta luta. E, por que alguém dizia já no final, falando aqui, por que dos assassinatos. Assim também muitos indígenas que vêm sendo mortos, ameaçados. E, aí, a gente vê que é essa ganância pela terra. Uma ganância que vem justamente para que o agronegócio tome conta da vida da natureza, dos povos. Então, é com imensa alegria, não é com alegria, mas é com esse momento de trazer aqui todo esse povo que vem sofrendo esses conflitos nas suas terras e saber que muitos povos já existiram aqui no Brasil, muitos. Hoje estão reduzidos e estão aumentando cada vez mais. Então a gente vê que o povo, mesmo diante das ameaças, continua fazendo a sua luta para continuar resistindo e vivendo. Muito obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente)- Obrigado, Vera. Muito obrigado pelas palavras. Em seguida o senhor Océlio da Silva, Coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB.

O SR. OCÉLIO DA SILVA - Bom dia. Obrigado, deputado. Bom dia a todos e a todas. Eu sou do Movimento dos Atingidos por Barragem. Então, pelo o que eu estou observando, nós fazemos parte do conflito da água, depois nós temos que conversar com a CPT que o número onde os conflitos pela água aqui em Rondônia, somando 6.743 famílias subiu. Hoje o MAB tem divulgado, são mais de 10 mil famílias envolvidas em conflitos aqui nas hidrelétricas. Então, nós temos que atualizar, talvez os números no próximo Caderno. É um momento importante desta Audiência, mas não é o momento que a gente gostaria de fazer, de tratar conflito, as ameaças e as mortes.

Então o Movimento dos Atingidos por Barragem, é o movimento que tem feito uma grande luta aqui em Rondônia em defesa do direito dos atingidos pelas barragens. E no último período a gente tem feito um grande processo, avançado nesse processo de luta. E quando se avança a luta pelo direito, avança também a repressão, as ameaças. Isso se tornou uma luta mais contundente aqui, a partir de 2008 o processo da luta contra a construção das usinas do Madeira. A gente entendia que a construção das usinas do Madeira abriria espaço para a construção das usinas na Amazônia, começou a construir Madeira, libera o espaço, a possibilidade de construir mais hidrelétrica. Nisso, saíram as usinas do Madeira, saiu Belo Monte, tem projeto no Tapajós, tem Projeto Brasil-Bolívia, que a gente está fazendo a luta contra.

Nesse processo, tivemos muitos enfrentamentos e faz-se 10 anos de construção das usinas do Madeira, está se fazendo esse ano de 2019, 10 anos da construção das usinas do Madeira e que os seus conflitos ainda avançam. Muitas famílias foram despejadas, muitas foram remanejadas e ainda hoje, em 2019, têm muitas famílias fazendo a luta para serem reconhecidas enquanto atingidas. Nós temos vários casos que a gente gosta de citar aqui, é que está em conflito iminente, que nós temos o Distrito de Jaci-Paraná, que é um distrito que em pleno 2019, começaram a sair famílias atingidas de 2009, 2010 e em 2019 têm muitas famílias sendo remanejadas. É um distrito que sofreu um grande impacto. O marco desse impacto foi em 2011, que o distrito tinha uma população de 22 mil habitantes. Saiu de uma população de 4 mil para 22 mil, hoje o impacto saiu de 22 mil para 4 mil habitantes em torno, em média. E essas famílias do distrito; aumenta a violência, aumenta a prostituição, aumenta a população e a estrutura coletiva não se desenvolve.

Hoje estamos com conflito desde o debate que a gente fez, a briga aqui nesta Casa contra o aumento de 80 centímetros do reservatório da Usina de Santo Antônio, fizemos muita briga nesta Casa, na antiga Casa, para não subir a cota da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio para aumentar mais seis turbinas, mas foi uma luta que a gente foi até o fim. Conseguimos barrar várias Sessões nesta Casa, mas, numa última Sessão, os deputados conseguiram aprovar sem a presença do povo. E foi um grande acordo que fizeram, um milhão de reais para cada município em troca de aumentar um reservatório, sem resolver os problemas dos atingidos. Qual era a nossa defesa contra o aumento dos reservatórios? Muitos problemas que tinham, as usinas não tinham resolvido, remanejamento, indenizações, problema de reassentamento que a própria empresa construiu, que hoje está sendo atingido pelos reservatórios e, em troca disso, vendeu a dignidade dos atingidos para aumentar o reservatório para gerar mais lucro para o empreendedor. E esse acordo fez-se outro conflito, não é? Hoje, Jaci-Paraná, em troca disso, o município de Porto Velho recebeu compensação de R\$ 30 milhões para o Distrito de Jaci-Paraná e esses R\$ 30 milhões estão tendo um processo de disputa. A comunidade quer o dinheiro para resolver a vida dos atingidos, enquanto grupos políticos querem o dinheiro para resolver vidas de interesses pessoais. Com isso tem uma companheira nossa, da região, chamada Flávia, que está sendo ameaçada de morte, está sendo perseguida porque nós estamos fazendo a luta para que esses recursos sejam para os atingidos por barragens, seja voltado para resolver a vida dos atingidos, mas tem grupos que querem discutir para questões pessoais, para manter o seu poder econômico, seu poder político local.

Então, o MAB nesse processo da briga, tem essa companheira que nós estamos denunciando, tivemos ontem

reunião com a Procuradoria Federal da Defesa dos Cidadãos que a gente está fazendo a denúncia para pedir proteção. Estamos pedindo proteção ao Estado de Rondônia para fazer o processo de investigação e a proteção dessa companheira para não entrar nesse número, em 2019, de dado de conflito, de assassinato. Para não entrar, a gente está fazendo o processo de luta e denúncia. E já tivemos perda, Rondônia com esse mesmo processo de luta em Abunã, que é outro distrito, que é atingido pela Usina de Jirau, é um distrito que nós já tínhamos uma luta antes de 2014 para que fosse reconhecido como atingido, porque nós entendemos que é uma área atingida, faz divisa com a Bolívia e a Usina de Jirau, diz que a uma área que não é impactada, tenta se redimir dos seus deveres e nós tínhamos uma companheira chamada Nicinha, que fazia a luta pelos pescadores nessa região, e que foi assassinada em 2016. Fez três anos esse ano do assassinato da companheira que até hoje a gente está fazendo a briga para que seja esclarecido os motivos do assassinato. E a luta dela era o direito dos atingidos daquela região, especificamente dos pescadores, que ela era ligada aos pescadores, mas que hoje nós estamos com a briga para o remanejamento de todo o distrito, que a própria Agência Nacional de Água diz que é uma região de segurança, não é? É uma região de segurança, que esse distrito tem que ser remanejado, tem que ser relocado. E aí está uma Ação Judicial que a ANA entrou na Justiça para que seja remanejado e a Usina de Jirau não quer remanejar, dizendo que não é uma área de risco, não é uma área de insegurança. Mas a gente, por experiência, e a partir de 2014, da cheia de 2014, é uma região que está em iminência de alagação, o lençol freático impactado e a gente continua nessa luta. Essa companheira iniciou a luta e a gente continua nesse processo de luta e isso está dentro dos conflitos, só Distrito de Abunã tem uma população de mais de 300

famílias. Jaci-Paraná hoje, mais de 4.000 famílias, então assim, é um número grandioso de famílias que estão em conflito. E em 2017 também tivemos outras ameaças com duas companheiras militantes da luta.

Então, é interessante que a gente observe que a maioria dos conflitos ligados à água e especificamente com MAB, tem sido violência e assassinato de mulheres, as mulheres lideranças das suas comunidades, que organizam e lutam pelo seu direito relacionado aos atingidos por barragem.

Em 2019, em março, fez agora, 22 de abril fez um mês do assassinato da companheira Dilma do Pará, também por lutar pelo seu direito na região. Era uma militante, liderança dos atingidos de Tucuruí. Então, a cada dia a gente percebe que nessa atual conjuntura que se discute o direito, o direito das minorias, o direito das mulheres, são as que são mais perseguidas e ameaçadas e a maioria delas tendo que se recolher para não ser exterminada e ser assassinada.

E em Rondônia, a gente tenta fazer essa luta para garantir do direito e as ameaças não nos intimida. A gente tem que fortalecer o processo de luta e a CPT, contribuindo nesse processo de divulgação, a gente tem que aproveitar esse processo de divulgação para amedrontar os nossos inimigos. Nós temos que dizer para ele que nós somos vivos, estamos aí fazendo a luta. A gente quando vê a presença da Polícia Militar a gente se assusta, mas eles não estão mais aqui, não é? Eu não sei por que não ficou até o final da Audiência, porque muitos deles, não são todos, alguns ajudam o processo, expulsam os acampamentos, intimidam as lideranças, alguns deles fazem isso. Então a gente tem, às vezes, a gente tem medo e nem sempre a gente confia. Tem sempre que ter uma retaguarda porque a gente fica com medo.

Polícia hoje não é sinal de segurança, não é? Polícia hoje, a gente anda na rua, tem medo. Então, que era para ser o contrário, era para dar segurança ao povo e ao cidadão.

E recentemente vemos essa questão do conflito da água, esse, o grande dilema que todo mundo conhece que é a questão de Brumadinho em Minas Gerais, que levantou um debate dos Planos de Segurança de Barragem.

Rondônia hoje, nós temos 2, 3 grandes Hidrelétricas, Jirau, Santo Antônio e Samuel, que a população não conhece os planos de segurança de barragem. Que Brumadinho aconteceu aquele desastre, ninguém esperava que aquela barragem de rejeito fosse estourar e estourou. Está se confirmando mais de 500 vítimas naquela região e levantou a nossa preocupação do MAB para fazer o debate dessa questão do plano de segurança de barragem. Começamos a questionar os poderes públicos, esta Casa também, para questionar as usinas sobre os planos de segurança. Diz que tem os planos, mas a população não conhece. Quem aqui conhece o plano de segurança da barragem de Santo Antônio e Jirau? Ninguém conhece o plano de segurança. Eles dizem que tem o plano de segurança. E, aí, o MAB começou a fazer o questionamento, qual o impacto seria se a gente tivesse um estouro de uma hidrelétrica dessas em Porto Velho, na nossa região? Quais seriam as medidas a serem tomadas de evacuação da população? Qual medida de proteção, medidas antes do acontecimento? A gente tem que saber, e um plano de segurança tem isso. Então, a gente passou a cobrar dos empreendedores, passamos a cobrar do Ministério Público estadual, federal, alguns parlamentares estaduais, municipais e federais, para que as usinas apresentem para a comunidade os planos de segurança de barragem. E para se ter noção, o Ministério Público pediu, marcou uma Audiência com a sociedade civil e as usinas desmarcaram. Então,

assim, eles não estão com a preocupação de apresentar o plano para a sociedade, para a população local e nós temos a tarefa de cobrar. E a gente aproveita, pede ao Deputado Lazinho para que ajude a fazer esse processo, porque nós não queremos desastre, esse é um desastre que a gente não quer que aconteça.

Outra questão é que os lagos das usinas de Santo Antônio, a cada ano, eles aumentam. É uma questão que nós estamos observando e têm dados que o lago da hidrelétrica de Jirau e Santo Antônio, cada ano, eles têm aumentado em torno 65%, isso Jirau. Dados de alguns estudos da ONG que fez estudo aéreo do lago. Então, a preocupação, essa é uma das questões que discute essa questão do plano de segurança.

Então, a gente agradece a CPT pelo convite, da gente trazer essas questões, e as nossas preocupações hoje, é fazer denúncia sobre essa questão da perseguição, das ameaças à companheira Flávia, e pedir para que os companheiros que compõem esse grupo que está fazendo aqui a exposição, possa se manifestar, pedir para o Estado cobrar, fazer investigação, para a gente não ter esse dado do nosso futuro Caderno de Conflito no Campo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado, Océlio. Vamos imediatamente para o Dr. Ricardo Gilson, da UNIR. Nós temos 55 minutos para ouvir as outras falas todas, para encerrar.

O SR. RICARDO GILSON DA COSTA - Bom dia a todos. Vou procurar ser mais objetivo em relação ao Caderno, aos dados do Caderno e outros processos sociais, políticos, econômico

que envolve a questão dos conflitos no campo e por território no País hoje. Então, eu vou pedir ao colega por gentileza, só para passar.

Então, primeiramente, nós temos uma corrida por terras agrícolas no mundo. Quero dizer isso para vocês, porque o que está acontecendo na Amazônia tem escala global. Então, se tem uma corrida por terra, porque o mundo precisa produzir mais alimentos, tem mais de sete bilhões de habitantes, e onde é que podem ser produzidos esses alimentos? Então, tem uma corrida, o capital das grandes empresas para a compra de terra na África e, sobretudo, na América do Sul. E, particularmente na América do Sul, o Brasil está sendo o último País em que esse processo está se consolidando, está iniciando, quer dizer é embrionário, e, portanto, nós temos uma corrida por terra, pelo capital global. É diferente do passado em que você tinha compra simples de terra, agora não, você tem um movimento mais estrutural do capitalismo global do qual vê a América do Sul como a grande fazenda do mundo. Isso tem perigos também sociais e ambientais.

No Brasil, o maior potencial, os dados da FAO, para expandir a produção agrícola, e, portanto, isso vai ter rebatimento nas áreas rurais, sobretudo, campesinato, dos povos e das comunidades tradicionais.

Qual o desdobramento desse processo na Amazônia? Nós fizemos uma cartografia das áreas e famílias em conflito na Amazônia. O Estado de Rondônia é um espaço do conflito, no Acre, na região de Rio Branco para Ponta do Abunã, em Rondônia, você tem um triângulo, pegando o sudeste do Amazonas, como área de conflito, é o caso de Humaitá, Canutama e Lábrea, a fronteira está expandindo para lá. Então, nós temos nesse triângulo Ponta do Abunã, sudeste do Amazonas e a região de Rio Branco, o que nós podemos chamar

de 'agrobandidagem'. Os madeireiros, fazendeiros, estão entrando em áreas protegidas, estão roubando madeira e estão dizendo que isso é agronegócio também. Que essa virou uma palavra, um mote para defender tudo que não presta também no campo em termo de violência, não é só produção agrícola, produtividade e tecnologia. Isso virou instrumento de destruição de territórios culturais, destruição de biodiversidade na ideia de que isso é desenvolvimento econômico. No oeste do Pará, aquele círculo verde mais forte é Santarém, conflitos agrários, conflitos, sobretudo, por água. Então, a Amazônia é o espaço do conflito. Embora tenhamos conflitos no Brasil todo ele vai se acirrar mesmo na Amazônia brasileira.

Fizemos outro elemento importante, que é o conflito pela água. Os Estados de Minas, como o Océlio falou Bahia e Sergipe, são os Estados que têm mais famílias envolvidas, pessoas envolvidas em conflito. No caso de Minas, o que o Océlio expôs, a questão da Vale, é importante dizer isso. A maior empresa brasileira tem seus lucros negligenciando a segurança das populações das comunidades. É assim que a maior empresa brasileira tem lucro, negligencia a segurança e acontece o que aconteceu alguns anos e o ano passado em relação a Brumadinho, está certo?

No caso da Bahia e Sergipe é o rio São Francisco. Você tem um rio bonito que é disputa de áreas pelas grandes empresas fazendo Resort e aí querendo expulsar os ribeirinhos, os camponeses que também têm direito a água como direito humano. Esse processo está se deslocando para a Amazônia por causa das hidrelétricas e mineração. Aí, o papel de Rondônia e do Estado do Pará, onde são dois Estados em que têm Projetos de Hidrelétricas em realização e estudos e outras já foram feitas.

Outra coisa importante, o agronegócio, o Governo diz que tem muita terra protegida no Brasil. Isso não é verdade. As áreas das grandes propriedades acima de 1.000 hectares são maiores que as áreas protegidas. Então, nós temos mais áreas de grandes propriedades, vejam, eu estou falando grandes propriedades, não são pequenas e médias propriedades, só são grandes propriedades acima 1.000 hectares. Têm mais áreas de grandes propriedades que áreas protegidas. Esse é um dado particularmente importante que mereceu da imprensa nacional uma nota de rodapé. Foi um grupo da USP, do IMAZON que fizeram uma metodologia aberta e analisaram todos os bancos de dados para demonstrar o que tem área protegida ou não. Então, chama atenção, que 28% da distribuição da terra estimada no Brasil estão em grandes propriedades acima de 15 módulos fiscais. Ou seja, a tendência é ter uma pressão maior nas áreas protegidas, é o que está acontecendo em Rondônia.

Então, essa narrativa de que tem muita área e isso prejudica o desenvolvimento econômico, isso não tem fundamento nem econômico nem nas outras áreas sociais para sustentar uma tese dessas.

Isso é importante. O mapa vermelhinho significa o percentual de terra privada, ou seja, terras que saíram do Estado, domínio do Estado e estão tituladas. Então, praticamente, do Sul ao Nordeste você tem taxa de 70% a 92% de terra privadas. Ou seja, a estrutura fundiária em termo de legalidade está resolvida.

O amarelinho ali, Rondônia, Pará, são os percentuais pequeno de terra privada. O que significa, pegando o mapa do lado verde, cartografia cores mais fortes são as maiores intensidades, que a Amazônia, onde têm terras públicas, inclusive os assentamentos não emancipados. Então, a Amazônia virou um espaço de disputa de 'agrobandidagem', de

roubo de terra pública mesmo, de grilagem. Por isso que os conflitos que o Caderno revela estão na Amazônia, apesar do número de conflitos em todo o Brasil ele tem muita intensidade na Amazônia. A Amazônia virou um espaço de disputa de terra e isso afeta os povos, as etnias, as comunidades tradicionais, os assentamentos, os camponeses, ribeirinhos que nós conhecemos na região.

Então veja, nós temos Estado como do Amazonas, do Pará e Rondônia que têm taxa, percentual de área pública, ou seja, área protegida muito grande. O atual Governo, desde o Governo Temer, o atual Governo quer acabar com isso, por isso que a política de redução de áreas protegidas. Se vocês pegarem esse material que foi distribuído pela Pastoral, na página 11 vocês vão ver que em 2016 foi o ano em que mais se apresentou Projeto no Congresso nacional para redução da proteção ambiental no País, não é só do meio ambiente. É um ataque mesmo às comunidades rurais, aos indígenas, aos quilombolas que precisam do território, sem o qual não consegue sua reprodução social e que, portanto, no campo legislativo está uma agenda política territorial de redução dessas áreas. Recentemente, um senador apresentou uma proposta para acabar com a Reserva Legal nas propriedades privadas mesmo.

Então, no caso, particularmente das áreas indígenas, aqui em Rondônia nós temos o Uru-Eu-Wau-Wau e a Karipunas. No próximo slide é a Terra Indígena Karipuna. Sempre teve roubo de madeira aí. Mas o que é que está acontecendo de 2016 para cá? É uma intensidade de roubo de madeira e agora você tem grilagem na área indígena mesmo. Há pouco tempo estive na região de União Bandeirantes, se montou uma Associação para tentar legalizar lotes dentro de áreas indígenas. Você pega imagem de satélite, há 5, 10 anos, a área indígena tinha uma invasão aqui ou outra, mas não era

uma intensidade como se registrou nos últimos três anos. Então, você tem grilagem dentro da terra indígena. Não se trata mais de roubo de madeira, se trata de destruição mesmo de território, no sentido de lhe dar outra função econômica e não mais a função tradicional cultural que os indígenas têm. No caso de União Bandeirantes, se montou uma Associação para tentar legalizar 600 lotes, que dá mais ou menos dois milhões e meio para regularização fundiária de uma coisa que não vai ser realizada, pessoal, só se mudar a lei, mas esse é o debate que está se fazendo. No caso dos Uru-eu-wau-wau, você tem uma invasão que nós acompanhamos na imprensa regional nacional, patrocinada por agentes públicos também, não só a econômico, mas público, do qual, não só o acesso a terra ou a suposta argumentação de crescimento da agropecuária, mas também da mineração.

Então, nós temos uma agenda que, o que no passado supomos ter conseguido em termos de segurança jurídica, áreas protegidas para essas populações, hoje isso está ameaçado. Está ameaçado pela discriminação simbólica do atual Governo e pelos instrumentos no Congresso Nacional de redução dessas áreas. Essa que é a terra indígena Karipuna, não precisa dizer que ao lado dela tem a reserva extrativista de Jaci-Paraná, que tem até pista de avião já se encontra nessa área. E agora, tanto ao sul como ao norte na área indígena, ela está sendo grilada mesmo. E, aí, com o enfraquecimento dos órgãos públicos para fiscalização e manutenção da política ambiental e territorial, esse processo se acelera até se tornar irreversível, como foi o caso da Flona Bom Futuro, e mesmo da reserva extrativista em Jaci-Paraná, como está também acontecendo com as reservas lá na região de Machadinho.

O Caderno ainda não registrou, mas nós estamos dizendo que isso vai acontecer nos próximos anos. Nós vamos ter uma

relação de mineração e campesinato pobre na área de Rondônia. Nós fizemos um mapa, todas as rachuras verdes são áreas indígenas e tudo que é colorido são solicitações de autorização de pesquisa, concessão de lavra, disponibilidade, licenciamento, requerimento de lavra garimpeira, requerimento de licenciamento, requerimento de pesquisa. O rosa ali, gente, é requerimento de pesquisa. Então, nós fizemos um mapa, a área verde ali rachurada, são as áreas, terras indígenas. Veja o que tem de requerimento de pesquisa em terra indígena.

Então, o ataque às áreas protegidas sobre todas as áreas indígenas do atual Governo é para beneficiar o setor de mineração, que deixa uma destruição ambiental social enorme. Aí se pensa em dizer que vai ter o crescimento econômico. As mineradoras não pagam impostos. O Estado do Pará está com problema financeiro, porque a mineração não paga impostos. Quando você exporta minérios, conforme a Lei Kandir, você não paga imposto, assim como exportar soja não deixa imposto em Rondônia, deixa o imposto na economia que ela gera localmente, regionalmente, mas não para exportação. Então, nós temos essa situação das áreas protegidas, no caso, indígena e o pedido de exploração mineral. Ou seja, se esse é horizonte nós temos de fragilização das normas jurídicas de proteção ambiental e territorial, essa é o que vai acontecer em termo só de mineração.

Aí nós colocamos, esses mais escuros aí são requerimento de registro em área de assentamento. Ali na região de Machadinho, Buritis, Ariquemes, tudo são áreas de assentamento que também têm pedido de pesquisa. Ou seja, os assentados, como está acontecendo Rio Grande do Sul, terão mais um problema, um desafio, um conflito, que é resistir à pressão e o assédio e o aliciamento das empresas

mineradoras, porque elas vão querer fazer isso. Esse é um zoom na região de Ariquemes para Buritis e Ariquemes para Machadinho, são os assentamentos e no subsolo com riqueza mineral, é o horizonte de conflito. Queremos que não ocorra, mas pode compor os próximos Cadernos da CPT em relação à sistematização e organização.

Então, nós temos um horizonte de conflitos agrários territoriais de intensa exploração da natureza, que vai atingir cada vez mais o que a gente qualifica sociologicamente, antropologicamente, de povos e comunidades tradicionais, dos camponeses, também de agricultores familiares da Amazônia brasileira. Daí a importância do Caderno da CPT, para primeiro orientar a luta política, que isso é cidadania, para pesquisa acadêmica. Com todos esses conflitos nós não temos um órgão no Governo nem Estadual e Federal que se preocupe em sistematizar isso aí. É o papel que a CPT está fazendo e que está transbordando isso, essa metodologia na América Latina. E, além de comunicar à sociedade desse horizonte de lutas mais concretas em relação aos povos e comunidades tradicionais ao campesinato, mas, sobretudo, o horizonte que nós temos na Amazônia, é um horizonte de conflito. A ideia da mineração, expansão de hidrelétricas vai extrapolar e muito todo o Brasil e vai se condensar na Amazônia.

Aqui tem espaço para a expansão agropecuária, daí o assédio nas áreas indígenas. Eu fui pegar o último censo, a pecuária não tem duas cabeças por hectares, duas cabeças de gado por hectare. Então, a produtividade é muito baixa, produtividade espacial. Em vez de incentivar a política para aumentar a produtividade, o que se está fazendo? Incentivando desmatamento e o aliciamento. É o caso das terras indígenas ou unidade de conservação para expandir

para agropecuária. Na Amazônia, expansão da pecuária significa desmatamento, grilagem. Esse processo não cessou, queríamos que tivesse cessado, porque nós temos zoneamento, mas infelizmente esse é o quadro social, político, territorial para a Amazônia.

Bom, esse é o resumo que nós preparamos para cá e depois nós podemos conversar. Esse é o nosso grupo de pesquisa, de Gestão Território e Geografia Agrária da Amazônia, do qual os alunos estão aqui que têm nos ajudado a pensar o Estado de Rondônia e esse desafio em toda região amazônica. Muito obrigado, deputado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado, Ricardo. Dr. Ricardo, se puder depois disponibilizar esse material para nós, tanto aqui para o meu gabinete quanto para a Mesa, os membros da Mesa estão anotando dados e é importante, se puder passar.

O SR. RICARDO GILSON DA COSTA - Só um último dado. Eu peguei, são 58 mil pessoas envolvidas em conflitos aqui, em situação de conflito em Rondônia. O último dado censo demográfico 2010, a área rural de Rondônia tinha 420 mil pessoas. Então nós temos em torno de 14% a 15% da população rural em Rondônia em situação de conflito.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - De conflito.

O SR. RICARDO GILSON DA COSTA - Talvez seja o maior índice da Amazônia brasileira.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado, Doutor. Professora Maria José, da CPT - Roraima.

A SRA. MARIA JOSÉ DOS SANTOS - Bom dia. Nós estamos aqui num dia, como vários já falaram, nós não gostamos, porque é um dia de reflexão e eu vejo que é um dia de vergonha para o Estado brasileiro. O Estado brasileiro deveria ter vergonha de, todos os anos, ter a denúncia do Livro de Conflitos Agrários, trazendo, todo ano, dezenas de mortes. Mortes que não são esclarecidas pelo poder público, que não são investigadas e que foram denunciadas, que foram ameaçadas, que foram alertadas e mesmo assim nada foi feito, chegando até a execução das ameaças.

Então, é um dia que o Estado deveria se envergonhar de existir esse tipo de realização, porque nós estamos aqui, enquanto Comissão Pastoral da Terra, para trazer os dados de assassinatos, de conflitos, da ausência do cumprimento dos Direitos Humanos. É isso que nós estamos fazendo aqui, no espaço, que é o espaço que deveria impedir que isso acontecesse. A Assembleia Legislativa existe para impedir que isso aconteça, para nos representar, para de fato cobrar, fiscalizar, para que isso não ocorresse. E eu quero agradecer ao Deputado Lazinho, pela disponibilidade, pelo apoio que ele deu para a CPT/RO na organização do evento aqui.

A história dos conflitos agrários, dos assassinatos no campo é marcada pela brutalidade e pela violência. Historicamente, desde o período do Brasil Império, que os movimentos de luta pela terra foram tratados pelo Estado com a brutalidade e a violência. No entanto, a luta pela terra é uma dívida social do Estado brasileiro, porque

desde a primeira legislação criada pelo Estado, que a Lei de Terras de 1850, foram excluídos os negros, os indígenas e os pobres. Então é uma dívida social, porque o Estado nunca reconheceu direito a terra dessas populações. Desde a 1ª Legislação de 1850 até hoje, 2019, o Estado não fez uma distribuição de terras, não combateu o latifúndio. E quem que mata nesses assassinatos? É importante a gente colocar. Não é somente o fazendeiro, o madeireiro, o pecuarista, é o Estado também. Quando o Estado deixa de cumprir o seu papel, quando o Estado não consegue dar garantia a vida do que está sendo denunciado. Então, a repressão feita atualmente pelo Estado é uma repressão extremamente violenta pela Polícia Militar; Eldorado dos Carajás, a Fazenda Pau D'Arco e vários outros massacres cometidos pelo Estado brasileiro, pela Polícia paga com o nosso dinheiro público. Nós estamos mantendo um Estado violento, um Estado que tem um lugar, tem um lado, que é o lado do latifúndio.

Então, a gente precisa refletir sobre o Estado também. O Incra; qual o papel do Incra nesses assassinatos? O Incra também tem culpa nesses assassinatos. Quando o Incra deixa o conflito por conta das pessoas e não faz o seu papel de emitir o título da terra. Quando o Incra participa de processos de corrupção desvendados pela Polícia Federal e outros processos que demonstram exatamente a formação de quadrilhas dentro dos órgãos de terra, tanto o Incra quanto os Institutos Estaduais de Terra, emitindo título para pessoas que nem conhecem o local, mas, que o dinheiro, que o poder econômico consegue, porque têm influências, são políticos, são pessoas influentes economicamente e conseguem esses títulos. E você tem, por outro lado, populações que têm 30 anos, 20 anos e não têm seu título, não conseguem titular sua terra. Nós temos casos incríveis de processos de títulos feitos em 48 horas, e nós temos casos incríveis de 27 anos esperando a titulação.

Eu trouxe uma imagem, umas imagens da grilagem de terra. Aqui o Iteraima, o Instituto de Terra de Roraima, aguarda a decisão para iniciar a emissão de títulos rurais.

O Instituto de Terras de Roraima foi criado, assim como em vários Estados, para receber a transferência das terras federais, da União, especialmente, nas áreas que foram Território Federal, para que os Estado legislasse e o que a gente vai ter depois desse repasse?

Aqui é transferência das terras e, em seguida, a gente já vai ter essa matéria. Essa matéria que já são dois deputados estaduais de Roraima denunciando a grilagem de terra dentro do Incra e do Iteraima nesse processo de transferência. Títulos dados para a esposa do Governador, para a sobrinha do Governador, para deputados estaduais, federais e senadores, onde esses títulos, a terra deveria estar sendo dada para os agricultores. Então, aqui eles estão fazendo as denúncias. No próximo, "A Polícia Federal desarticula o esquema de grilagem de terras na Amazônia. A Operação cumpriu 158 mandados na manhã desta quarta-feira em 8 Estados do Brasil". A organização criminosa é responsável por fraudes ocorridas lá em Roraima, no Iteraima, mas foi em 8 Estados do Brasil.

Então, são dados que não sou eu que está falando, eles são reais. E, parte desses conflitos, desses assassinatos que nós estamos aqui hoje trazendo, é fruto desse processo, porque quando o Incra emite uma Certidão, é essa Certidão que o grileiro leva à Justiça e pede a reintegração de posse dele. É essa Certidão que o Juiz utiliza dentro do processo. Então, é uma coisa muito séria, uma coisa muito grave a participação do Estado.

Em 2015, sobre essa questão do Estado, o Estado brasileiro foi colocado na pesquisa feita por uma ONG

Internacional e publicado num jornal francês, o Estado brasileiro como o Estado que mais, que tem o maior índice de impunidade nas mortes de ativistas de direitos humanos, porque parte dessas mortes são essas dos conflitos agrários: Ambientalistas, Agentes Pastorais, Advogados, quem defende os direitos humanos.

Então, a CPT traz que existe uma grave situação colocada, que é a falta de cumprimento dessas ameaças, que são feitas as denúncias à Ouvidoria Agrária, à Secretaria Nacional de Direitos Humanos e aos órgãos públicos responsáveis. Mas não encontram a merecida atenção e não são elucidadas pelo Estado. Essas denúncias feitas a esses órgãos públicos ficam impunes e as vítimas continuam desprotegidas pela omissão do Estado. Poucos casos são investigados e o que tem se mostrado é a séria fragilidade no acompanhamento dessas denúncias feitas pelos ameaçados.

Então, em 2015 eu peguei um exemplo aqui, de 79 pessoas que receberam ameaças, 4 foram assassinadas. É um índice muito alto, de 79, 4 pessoas foram executadas. Dentre elas, a líder comunitária Maria das Dores Salvador Priante, conhecida como Dora, assassinada no dia 12 de agosto, em Iranduba, no Amazonas. Ela havia registrado 2 Boletins de Ocorrência, de ameaças, havia feito a denúncia na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas e em outros lugares, e nada foi feito.

Então, a gente precisa exigir que o Estado também reconheça o seu papel nesse documento que a gente está entregando aqui. Obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado, doutora. Diretamente para a Sra. Darlene, CPT do Acre. Só

as mulheres, por enquanto só o Ricardo e o Océlio. Elas estão mandando aqui.

A SRA. DARLENE BRAGA - Bom dia a todos. As mulheres estão na luta pela terra diretamente e nesse livro tem um dado muito importante que elas são ameaçadas, que elas expropriadas, teve um aborto, teve prisões de mulheres. Mas a gente queria agradecer a Casa e daqui a pouco vai ter uma reivindicação, um pedido, não sei como podem chamar. Dom Mário que fez um esforço tremendo, mudou sua agenda para estar aqui junto com a gente. E muito especial para os agricultores e os agentes da CPT que ajudam no dia a dia para que a gente hoje lance o Caderno. Para lançar esse Caderno, eu tenho a certeza e a vivência que a gente sofre algumas situações inusitadas para a gente coletar alguns dados. Tem situações assim adversas que a gente..., debaixo de árvores, de açudes, se disfarçando, mas que a gente tem que denunciar hoje.

Esse Caderno, eu sempre digo que ele é 100% confiável. O Caderno da CPT, a gente tem um enorme orgulho de dizer que é 100% confiável, porque as fontes são confiáveis. É o povo que está vivendo isso e é o povo que está sofrendo, no dia a dia, essas expropriações, essas ameaças. Ele tem o reconhecimento internacional e nacional como fonte de pesquisa e como instrumento de denúncia. O livro é um instrumento de denúncia. Eu sempre digo que a gente tem que estar o ano inteiro com o livro na nossa mochila, para: "olha, os dados são esses, os números são esses". Com isso nós mostramos para a sociedade, o que está acontecendo no campo brasileiro, que o Estado não se importa com gente, o Estado não está se importando com as pessoas. Ele acha que a Amazônia ainda é um espaço demográfico, que não tem

pessoas e nós estamos lá, as populações estão lá vivenciando e sofrendo o dia a dia.

Esse livro também representa a dor e o sofrimento das pessoas. Às vezes a gente se emociona, quando vai falar, desculpa, mas, não é se vitimizando. Tem povo que gosta de dizer que nós da Amazônia nos vitimizamos, não é. Nós nos indignamos, nós denunciemos e nós exigimos respeito. Não é se vitimizar, é dizer o que está acontecendo no campo brasileiro e a gente se emociona porque a gente é gente, a gente também sente a dor do outro. O companheiro mostrou o bebê que nasceu, que o pai tinha acabado de morrer. Então é isso que acontece no dia a dia, os maridos perdem as esposas, as esposas ficam sem os maridos, os filhos não conhecem os pais, é isso que está acontecendo no campo, e o Estado não se importa com isso, o Incra é conivente com isso. Então, os Poderes estão com outras preocupações. Então a gente quer dizer nesse livro que nós estamos juntos. E tem sempre um slogan nosso agora, que ninguém solta a mão de ninguém.

Essas 24 mortes significam o quê? Essas mortes foram planejadas, elas foram arquitetadas e muitas delas foram denunciadas o ano passado, o ano retrasado, em outros momentos pela CPT. Então essas mortes mostram também a omissão e a conivência do Estado. É omissão e conivência do Estado. O Zezinho mostrou nos dados que a Amazônia concentra 97% do território em disputa do Brasil; 97% a Amazônia, 92% é a região norte. As comunidades estão vivendo ameaçadas, gente! Viver em situação de ameaça, a pessoa já morreu um pouquinho. A pessoa não dorme direito, ele fica amedrontado, ele fica o tempo todo olhando para o lado, o que pode acontecer para ele.

Então, as pessoas estão vivendo nessa situação e aqui a gente quer denunciar mesmo a omissão, a violência, a

impunidade, a falta de vontade política em fazer reforma agrária, em reconhecer os territórios das comunidades. Então, a CPT tem esse papel fundamental de junto com os agricultores, nesse momento, denunciar. A gente queria muito que não tivesse esse momento, mas o caminho que nós estamos vendo é que esses momentos ainda vão existir muitas vezes.

Eu vou citar um caso breve que aconteceu, agora teve o massacre da Ponta do Abunã, final de março, dia 30 de março, saiu nas redes sociais, na imprensa que houve um possível massacre. A CPT não confirma o massacre, mas a gente chama de muita tortura. Aconteceu uma morte lá dentro, mas esse mesmo território, em 2001, nós fomos chamados que tinha um conflito lá. A CPT Acre se fez presente em 2001. Aí o Governo faz aquele aparato, aí manda Ouvidor Agrário, aí o conflito fica morno. Aí em 2011, morreu Adelino Ramos lá dentro. Aí o Governo vai de novo e faz outro aparato, aí sai matéria, termo de compromisso, irresponsavelmente, que ele sabe que não vai cumprir. O Incra e o Governo do Estado fazem compromissos que eles têm clareza e certeza que não vão cumprir e eles assinam esses termos. Bom, o Adelino morreu, o Estado se fez presente, o Ouvidor Agrário foi lá, os órgãos, o Incra, amornou o conflito. Agora, em março, em 2019, morreu o senhor Nemes, aí o Estado de novo está fazendo tudo, aí vai matéria em jornal... Isso que a CPT se fez presente em 2001, porque já estava anteriormente esse conflito e nós tivemos a dificuldade tremenda em resolver isso. E acho que aqui é um pedido e quem sabe seja um gesto concreto desse nosso lançamento, Audiência, que possa chamar, de fazer um Termo de Cooperação Técnica entre os Estados: Acre, Amazonas, Rondônia, para que solucione esses conflitos. Porque, para ilustrar, a Polícia Federal que atende é a Polícia de Rondônia; o Estado, é o Estado do Amazonas, Segurança

Pública é o Estado do Amazonas; o Ministério Público Federal é o Estado do Acre. Então, é impossível solucionar uma área, um território em conflito onde não tem um Termo de Cooperação nessas divisas para atuar nesse momento.

Então, a CPT junto com alguns deputados federais já fez o pedido para o Estado de Rondônia e para o Estado do Amazonas fazer um Termo de Cooperação Técnica para que a gente consiga solucionar esses conflitos nessas divisas. Então, aqui a gente faz um pedido também, uma reivindicação, que isso saia do papel. A gente já fez o pedido, já tem uns 20 dias, a gente tem alguns deputados que eles estão encampando essa nossa proposta, mas a gente também precisa de esforço político, a gente precisa do famoso "lobby". Então, a CPT está aqui mais uma vez reafirmando o compromisso com essas comunidades. E dizer também se a gente está junto, a gente consegue minimizar essa dor no campo.

A Maria José dizia: "tomara que um dia não seja preciso lançar esse Caderno, não é?". Mas, até então nós estamos lançando esse Caderno e dizer que a CPT está junto com os agricultores, está no dia a dia sofrendo e vivenciando isso. Então, é um momento triste, é um momento de denúncia, mas é um momento que a gente diz: "nós estamos em pé e estamos firmes, e ninguém solta à mão de ninguém". Acho que a gente pode dizer junto isso: "ninguém solta à mão de ninguém". Eu acho que esse é o nosso momento.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado. Passar a palavra para o Sr. Erasmo Tenório, que é o Superintendente do Incra. Obrigado, Erasmo, por estar aqui conosco.

O SR. ERASMO TENÓRIO DA SILVA - Bom dia a todos. Primeiro agradecer a Deus por este momento, por estar aqui e agradecer ao senhor, Deputado, pelo convite e, em seu nome, eu saúdo todos os demais da Mesa. Agradecer a nossa amiga Petronila pelo convite também, e em seu nome eu saúdo todos os demais da plateia.

Então, como todo mundo falou, realmente não é um dia para se comemorar, mas é um dia para reflexões, para fazer uma autoanálise do que se está fazendo e do que se está buscando também.

Eu fiz algumas anotações aqui do que foi comentado e em cima disso eu vou fazer a minha fala. Só para relembrar a todos que o Estado de Rondônia é composto de aproximadamente 23 mil hectares de terra, é um pouquinho mais de 23 mil. Para solucionar todo o conflito do Estado, a gente viu aí o Professor deu uma excelente explanação, muito bom, isso é bom que a gente tenha esse conhecimento bem mais amplo. Mas para solucionar o problema do conflito de terras em Rondônia, nós precisaríamos de aproximadamente, deputado, de 200 mil hectares. Não é um valor tão alto, considerando o tamanho do Estado, mas infelizmente, por razões que se eu levar a fundo aqui, nós vamos ficar o resto do dia aqui falando e vai resumir nisso aí.

Então, o Incra de Rondônia vem passando por sérios conflitos agrários que não são de hoje. Esses conflitos já são antigos, passaram-se aí dois Governos, está no terceiro Governo e, infelizmente, a Reforma Agrária, no Brasil, não é um Programa de Estado, ela é um Programa de Governo, cada Governo faz a sua. E nessas mudanças tudo se começa novamente, infelizmente não se dá continuidade. A gente fica com as mãos e os braços atados, vê o Incra sendo difamado, o Incra ser detonado por grande parte da

sociedade, mas o fato é que nós como servidores, eu trabalho no Incra há 36 anos, caminhando para 37, e estou como Superintendente Interino de outubro do ano passado para cá, mas já vinha como substituto. E de 2012 até 2016 eu atuei na área de conflitos. Então, eu acredito que possivelmente poucos tenham o conhecimento de conflito agrário no Estado assim como eu tenho. E a nossa luta, pessoal, foi sempre pelo melhor, para buscar o bom entendimento. Nós sempre tivemos uma abertura, demos abertura a todos os movimentos sociais, demos abertura aos proprietários de fazenda e a tudo que envolve essa questão de conflitos. Infelizmente nós não temos o poder, o domínio de resolver internamente em Rondônia. Isso vem de cima para baixo e nós aqui só temos que obedecer aquilo que está na Lei, aquilo que está nos normativos internos do Incra.

Eu vou aqui entrar num detalhe do Acampamento Dois Amigos, que é Marcos, que eu já conheço já de algum tempo. E, quero dizer que o Incra, antes que acontecesse o pior lá, a Ouvidoria do Incra não foi comunicada do que estaria acontecendo. Assim como também a Delegacia Agrária, que está aqui representada pelo Doutor Mário Jorge, que é um parceiro, companheiro, que a gente anda muito nos conflitos. E, da nossa parte, se isso tivesse chegado até nós em tempo hábil, não pós, mas antes, nós teríamos feito uma gestão lá para que se evitasse um dano maior, como já fizemos em vários acampamentos. Então, aí pessoal, aí eu me restrinjo a continuar.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Vamos manter a fala. Pode continuar Erasmo.

O SR. ERASMO TENÓRIO DA SILVA - Então, mas quando aconteceu o fato, que nós somos chamados numa reunião na Casa Civil, o que eu disse lá? "Olha, a área não é do Incra", não era Incra, era Terra Legal, mas é muito fácil jogar pedra para o Incra. O Incra é saco de pancada de todo mundo. A área dizia respeito à Terra legal, o Incra não tinha, até aquela data, gestão nenhuma sobre ela. E eu disse lá para todos ouvirem, "se fosse do Incra, imediatamente, uma equipe nossa de técnicos estaria dentro da área para levantar a situação e não ficaríamos escondidos para deixar que outros males acontecessem lá, mas nós já diríamos o que de fato era e o que poderia ser feito".

Também, deputado, nós temos... Vou fazer aqui uma breve prestação de conta também, na questão das áreas de Reserva Legal de assentamentos do Incra que estão ocupadas. São várias áreas que vieram ocupar, essas áreas são de responsabilidade do Incra, mas também de competência do Estado na questão da fiscalização. O Incra não tem poder de punir dano ambiental. Então, mesmo assim, quando essas reservas foram ocupadas, nós temos o caso Margarida Alves, e o Padre Ezequiel como um exemplo, nós entramos com ações judiciais para tirar aquelas famílias que estão lá, infelizmente. Porque a Lei não permite que nós as regularizemos lá. Até porque essas áreas são de competência, faz parte dos assentados que estão lá nessas áreas. E nós já temos deferimentos em nosso favor e vamos executar a reintegração de posse. A gente também, deputado, como gestor público, a gente fica muito visado, achando que todo o conflito a culpa é do Incra, mas não é. O Incra tem sua parte de contribuição? Tem, mas o Incra não é só Rondônia, é nacional. Como eu falei agora a pouco, nós temos a questão das leis que vêm e nós, obrigatoriamente, nós temos que atender. Um exemplo disso, deputado, são duas

áreas que nós temos que vieram para o Incra, através de ação judicial de retomada. São duas áreas do Município de Seringueiras, eu estou citando ela como exemplo, que é a Fazenda Riacho Doce e a Fazenda Bom Futuro. Essas duas áreas, as duas juntas somam, aproximadamente, mais de 15.000 hectares de terra. Essas áreas, o Incra ajuizou ações, uma em 2007 e a outra, se eu não me engano, em 2010. E, essas áreas, todas elas estão sendo deferidas em favor do Incra e em função da Lei, deputado, nós não podemos, ainda, regularizar aquelas famílias que estão lá, em função de que a Lei diz que a partir de 2017, a Lei 13.465 estabelece que: a regularização dessas áreas dar-se-á através de chamamento público através de edital e não mais a ocupação com relação passada pelos movimentos sociais. O Incra não mais pode fazer isso sob pena de que, se eu fizer, eu serei responsabilizado. E isso eu não posso ser.

Também, deputado, nós temos também a questão da Comunidade de Santa Fé, que é um título expedido pelo Incra, onde eu tive a honra de participar do momento de entrega desse título. A senhora que falou aqui, falou muito bem do Incra. O problema é que as questões que a senhora apresentou não depende de nós, não depende do Incra. Mas eu falo isso com muito orgulho de ter participado do momento, de ter participado da tramitação desse processo, tanto aqui em Porto Velho como em Brasília, acompanhar *pari passu* com o nosso colega William, que foi uma grande contribuição e que tem outras áreas no Estado relacionado a quilombolas que nós vamos titular também.

Também, deputado, só relembrando um pouco da questão florestal, é muito claro que todo mundo, todos os agricultores, ocupantes, produtores têm que saber disso. O Código Florestal estabelece que as derrubadas até 2008, correspondem, podem responder até 50% da área ocupada por

cada indivíduo. Quem desmatou após 2008, também tem que ter esse conhecimento de que somente 20% poderão ser desmatados. Esse desmatamento de 50%, de 20%, não é demandado pelo Incra e sim pelo órgão ambiental. O órgão ambiental tem que dar as devidas autorizações para isso. Ressalvando que quem ultrapassou esses limites anteriores a 2008, essa área tem que ser compensada através, até de outra área que a pessoa compre para servidão florestal e ser anexada àquela área que está antropizada. Posterior a 2008, não tem jeito, é recomposição. Por que eu estou falando isso? No caso do Margarida Alves e Padre Ezequiel, tem uma questão lá que foi devastada a floresta, há uma pressão do movimento social para que o Incra dê solução a isso. O Ministério Público, por sua vez, quer que o Incra dê uma solução, deputado, mas, em cima dessa área, o Incra não tem alternativa, a não ser que a ordem judicial seja cumprida para que saiam de lá, porque o Incra não pode regularizar desmatamento da forma como foi feito pós 2008. Nós estamos nessa época e não podemos de forma alguma chegar lá e dizer: "Olha, Ministério Público nós vamos compensar outra área com isso aqui". Porque quem será penalizado é o gestor. Eu espero que todo mundo esteja entendendo.

Também, deputado, a Dra. Maria José aqui comentou a respeito de uma ação policial lá em Roraima e que envolveu seis Estados do Brasil, oito Estados do Brasil. Eu quero dizer que isso não foi no Incra, isso foi no Programa Terra Legal. O Incra não entrou nesse contexto, o Incra não teve participação em nada disso. Isso foi em cima do órgão, até a época, chamado de Terra Legal. Esse órgão foi extinto em 1º de janeiro de 2019 por um ato do novo Presidente de que através de uma Medida Provisória 870, extingue o Terra Legal e passa as ações da Lei 11.952, que é de regularização fundiária, ao Incra. Passou ao Incra, mas,

infelizmente, em função da falta de atos normativos, o Incra ainda não está atuando. O Incra não está fazendo a regularização fundiária, que nunca deveria ter saído do Incra. O que o Incra precisava, senhores, era de apoio para que essa regularização fundiária fosse feita, assim como se pleiteou no Terra Legal, que não foi feita. Volta ao Incra, o Incra tem um quadro de servidores reduzidos, nós temos hoje em torno de 180 servidores para cuidar do Estado todo, enquanto em 1982, quando eu entrei, nós éramos aproximadamente 600 servidores. Hoje são menos de 200 para cuidar da Reforma Agrária, da regularização fundiária e da regularização de áreas em assentamentos. Mas isso, deputado, o senhor falou no começo e eu também tenho como desafio. Como Superintendente do Incra, eu sei que é um desafio grande, é um desafio extenso, um desafio problemático, mas, nós não estamos nos curvando diante do desafio. Pelo contrário, quando Brasília nomeou um grupo de trabalho para fazer o recebimento do acervo do antigo Terra Legal para o Incra, nós fomos a primeira Superintendência da região norte que fizemos a nossa ordem de serviço. Nós estamos com uma equipe dentro do bloco que era do Terra Legal, recebendo todo esse acervo, enumerando... Hoje mesmo, antes de eu vir para cá, eu tive uma reunião com o nosso chefe lá da ordem de serviço, enumerando a ele aquilo que nós precisamos, o que a sociedade precisa e o que nós podemos fazer daqui para frente. Nós vamos contar muito com o apoio do Estado, muito apoio dos órgãos federais, dos deputados e senadores, do Governo do Estado e da Assembleia Legislativa, deputado.

Nós temos um desafio, deputado, na questão de georreferenciamento, que só o geo é que gera título. Além de o cidadão estar com um processo lá no Incra bonitinho, se a área dele não tiver georreferenciada, o Incra não pode gerar título. Só lembrando que de 2017 para cá, 2017, 2018

e agora já entrando em 2019, o Incra já emitiu mais de 5.000 documentos, entre título definitivo e CCU.

O que inibiu o Incra emitir título no passado? Uma Lei, a 13.001 que estabelecia que as áreas de assentamento do Incra tivessem um valor que ninguém podia pagar, era impagável. E aí, o Incra titulou algumas pessoas, algumas receberam, mas não tiveram condições de pagar, e esses títulos o Incra está fazendo um aditivo a eles para que esses títulos, aquele que tiver que pagar, vai pagar e o que não tiver que pagar, vai ser gratuito. Por quê? Na Lei 13.465 nós fomos o único Incra do Brasil que fez um Seminário de um dia, chamamos o movimento social, chamamos todos os órgãos afins para que participassem conosco para colocarmos Emendas Modificativas na 13.465 e nós conseguimos inserir uma delas, que é a gratuidade em projeto de assentamento, que as áreas da União, que vieram da União para o Incra, até um módulo, que é 60 hectares. Quem tem áreas que está em assentamento do Incra que tem da área que veio da União para o Incra, até 60 hectares não paga um real, nenhum centavo, ele recebe o título dele gratuito, não tem dívida. Agora, aqueles que vieram, que estão em áreas desapropriadas ou adquiridas através de compra, eles vão pagar de uma tabela que era R\$ 1.691,00 por hectare, ele vai pagar apenas 10% desse valor. Isso foi uma conquista do Incra de Rondônia, faz parte da minha gestão isso aí. Eu já estava na gestão atual quando teve esse Seminário e nós conseguimos isso, pessoal, para o Brasil todo, não é só para Amazônia, é para o Brasil todo.

Então, quem tiver em áreas que foram adquiridas por compra ou desapropriação, eles vão pagar apenas 10% da tabela, que ela está sendo corrigida agora, mas não deve passar de R\$ 1.700,00 reais, eu acredito. E, desse valor, aquele que está em área que foi desapropriada ou adquirida

através de compra, só vai pagar 10% dessa tabela. É praticamente de graça, é um auxílio do Governo para o assentado, para aquele que é o cliente da Reforma Agrária. E ainda, só um exemplo, nós temos o exemplo Margarida Alves. Uma área de 38 hectares lá, por exemplo, saía, em média, R\$ 400 mil na tabela, que tinha através da Lei 1.3461 ou 1.3001. Pela nova tabela, esse Título, essa mesma área de 38 hectares, aproximadamente, ela sai menos de R\$ 5 mil. Então, você vê a diferença, o que o Incra pensa, de que forma o Incra agiu para chegar a esse montante, a esse valor, sabendo que a dificuldade do agricultor não é tão fácil. Tem sério problema, assim como todo mundo tem, mas ele, dele é uma coisa totalmente..., que o Governo pode olhar para ele e pode ajudar da forma que for possível.

Então, deputado, eu não quero me estender mais ainda, porque sei que o tempo é curto, mas se alguém precisar de uma explicação, precisar de um esclarecimento melhor disso, nós estamos à disposição no Incra. O Incra está de portas para recepcionar a qualquer pessoa.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (PRESIDENTE) - Obrigado, Erasmo. Obrigado por ter contribuído conosco. Passo diretamente ao Dr. João Verde, Defensor Público.

O SR. JOÃO VERDE FRANÇA - Bom dia. Bom dia aqui aos companheiros de Mesa. Cumprimento o Deputado Lazinho, na pessoa de quem cumprimento todos os companheiros de Mesa e parabenizo o deputado pela iniciativa de propor esta Audiência Pública para divulgar o Caderno de Conflitos 2018 da CPT. Conforme dito por todos, é um momento triste, um momento de reflexão, mas é de uma importância ímpar a CPT trazer este ano, como traz todos os anos, esses dados de

conflito. Cumprimento a Petrolina, na pessoa de quem cumprimento toda a plateia e como uma Líder aqui da CPT/Rondônia. E é importante esse trabalho da CPT porque a imprensa, de modo geral, divulga esses dados de mortes e violência no campo de uma maneira muito, muito distorcida, todos nós sabemos. A notícia, como ela chega para o público em geral, é sempre de que a Polícia reagiu a um ataque ou o fazendeiro protegeu a propriedade dele, enquanto que, na verdade, a gente sabe que na maioria das vezes ao contrário disso, é o camponês que morre lutando pela terra dele.

Bom, eu sou Defensor Público aqui do Estado há 7 anos quase, e há praticamente 6 anos fora as minhas atribuições cotidianas lá em Ji-Paraná, que eu sou de lá, milito lá, eu atuo como Defensor Agrário e digo a vocês que a Defensoria é uma instituição parceira, está sempre de portas abertas para atender a todos os camponeses, a todos os companheiros nessa luta pela terra. Até aproveito aqui para exemplificar o caso do Sr. Natal, que está ali, que é uma figura que eu conheci logo que eu entrei na Defensoria, ele é lá de Vilhena e é o exemplo de uma pessoa, exemplo de pessoa e exemplo de que a luta compensa. Porque assim que eu entrei na Defensoria auxiliei ele nos processos de reintegração de posse que tinham lá em Vilhena, e ele conseguiu se manter na terra e hoje tem o título da terra. Então assim, é o exemplo de que a luta é árdua, o caminho é tortuoso, mas na maioria das vezes compensa.

Então, para vocês seguirem lutando e saibam que a Defensoria vai estar lá de portas abertas para ajudar no que for possível, tanto orientando quanto dentro dos processos, que infelizmente são muitos de reintegração de posse, de retomada, e tudo mais. E que Deus queira que daqui alguns anos esse Caderno de Conflitos esteja cada vez

mais fino, porque hoje ele é muito grosso que, infelizmente, retrata que são muitos conflitos.

Aproveito aqui a oportunidade até para informar, não sei quantos de vocês sabem, mas, no final do ano passado, até o Deputado Lazinho aqui me confessou, que foi um dos proponentes, realmente eu não sabia, tem uma Lei Complementar aqui, e Estadual, propondo a Criação do Instituto de Terras no Estado de Rondônia.

Essa Lei foi aprovada pela Casa Parlamentar aqui, no final de 2018, foi para o Poder Executivo, o Governador à época, que ainda era o Daniel, vetou a lei e por uma norma condicional, sempre que o Governador veta uma lei, ela volta para o Parlamento e o Parlamento tem esse poder de derrubar o Veto. E assim foi feito pelos deputados estaduais no começo de 2019. Derrubaram esse Veto e a lei foi promulgada pelo Presidente da Assembleia Legislativa, à época, que ainda era o Deputado Maurão, no final da legislatura passada. E a Lei Complementar nº 1.013, de 28 de janeiro deste ano, ela autoriza a criação do Instituto de Terras do Estado de Rondônia. A grosso modo, é como se dissesse para o Governador: "agora a bola está com o senhor, Poder Executivo. A Assembleia Legislativa já deu o entendimento dela de que o Estado de Rondônia merece um Instituto de Terras". Se isso é bom ou ruim, eu conversando com os companheiros, a companheira de Roraima falou que tem uma experiência ruim; aqui a do Acre falou que não é tão ruim, nem tão bom. Mas eu acho que, assim, conforme o Erasmo sempre fala, a gente consegue rever muitas vezes no dia a dia. O Incra, infelizmente, é um órgão que beira a falência. Então, a gente depender só do Incra como gestor da Reforma Agrária, da Regularização Fundiária, está se mostrando algo insuficiente e inoperante.

Então que esse Instituto de Terras aqui do Estado de Rondônia consiga nascer e seja um órgão público que possa, pelo menos, auxiliar na Reforma Agrária e aí a gente não teria só o Incra para socorrer, mas também ao Instituto Estadual de Terras, que por ser um órgão estadual está muito mais próximo da população, tem o seu deputado estadual, tem o seu líder daquela região. Porque quando você vai ao Incra, até o ano passado, muitas vezes falava: mas é culpa do Terra Legal. Pelo menos agora o Terra Legal não é mais o bode expiatório, não tem mais para quem empurrar, por que realmente tinha um toma lá dá cá entre Incra e Terra Legal.

E eu torço mesmo para que esse Instituto de Terras Estaduais vingue, nasça, porque tudo que venha somar, é importante. Os dados trazidos aqui pelo Zezinho na apresentação e que está no Caderno, mostra que desde 1995, os decretos para desapropriação para fim de reforma agrária estão assim, montanha russa abaixo. Se eram 554, entre 1995 e 1998; o ano passado, no Governo Temer, 2016 e 2018, foi apenas 07. Então, nesse ritmo, eu acho que nos próximos anos nós não vamos ter praticamente nenhum decreto de desapropriação para fins de reforma agrária. Então tirar isso só das mãos da União e deixar um pouco nas mãos do Estado, eu acabo vendo com bons olhos.

Então, encerro a minha fala, foi um momento de grande, tem sido um momento de grande aprendizado para mim hoje, são informações muito relevantes que eu estou tendo. Agradeço a oportunidade e o convite, me reporto mais uma vez que a Defensoria Pública do Estado de Rondônia está de portas abertas sempre para auxiliar todos vocês aí em todas as Comarcas, tanto aqui Porto Velho quanto pelo interior do Estado. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado, doutor. Parabéns ao senhor pela luta. O senhor pode contar de vez em quando, de vez em quando não, sempre; sempre podemos contar com o senhor e com a Defensoria. Com relação ao Instituto, a lei autoriza o Governador a mandar uma lei para a Assembleia Legislativa. Na realidade, Océlio, ele autoriza o Governo a criar uma lei e mandar para a Assembleia para discutir e para aprovar o Instituto de Terra, justamente porque nós temos, eu tenho medo. O problema não é criar o Instituto de Terra, Erasmo. O problema é quem você, é na mão de quem você coloca isso. Esse é o problema. Porque se a gente tem acesso a isso, se eu tenho a Márcia coordenando o Instituto de Terra ou o Erasmo, é fácil para nós, é fácil para a gente conversar. Mas você coloca, por exemplo, quem foi citado lá atrás para vir tomar conta do Instituto de Terra aqui no Estado, Doutor, prepara o boné, porque aí sim o bicho pega. Então, a gente tem que tomar esses cuidados.

Diretamente Padre Valdecir, é o penúltimo, depois o Dom Mário.

O SR. PADRE VALDECIR CORDEIRO - Bom dia a todos. Falo em nome das nossas comunidades da Arquidiocese de Porto Velho, são mais de 900 comunidades espalhadas por 20 municípios e distritos aqui do Estado de Rondônia. Dom Roque Paloschi está viajando, não pôde se fazer presente, mas ele envia sua saudação ao Deputado Lazineiro e também a CPT que nos acolhe aqui na Assembleia neste evento.

Nós temos uma grande preocupação com o contexto atual de desmonte do estado democrático de direito, que está sendo conduzido por determinados agentes muito poderosos no Brasil. As pastorais sociais da Arquidiocese de Porto Velho

têm se inquietado com esta realidade. O Padre Juquinha, José Geraldo, o nosso Juquinha, da Arquidiocese de Mariana, missionário desta Igreja irmã, ele é o nosso articulador e está aqui presente, tem se empenhado para nos ajudar a nos articularmos em torno desta luta, que é uma luta legítima e necessária. O que está acontecendo no nosso País hoje é algo muito grave, é algo muito sério e eu gostaria de pontuar essa questão do contexto que nós estamos vivendo hoje em que a Constituição de 1988 é ignorada, muitas vezes até desmontada mesmo, as lutas do povo são deslegitimadas, até mesmo corporações do Estado atentam contra estas garantias legais a determinadas minorias do nosso País. Então, tudo isso tem nos inquietado, gostaria de trazer isso aqui presente.

Em segundo lugar, eu penso que nós precisamos aqui, eu na condição de Padre, de Coordenador de Pastoral da Arquidiocese de Porto Velho, resgatar um pouco a fundamentação última desta nossa luta. Eu compreendo que a luta dos camponeses, das pessoas que trabalham na terra, os agricultores, os povos indígenas, os ribeirinhos, enfim, todos os povos que trabalham a terra e também aqueles que foram vítimas da expulsão da terra, que estão vivendo nas cidades brasileiras, aqui em Rondônia, nas periferias de Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Vilhena, Cacoal, estão vivendo aí em verdadeiros depósitos humanos. Quer dizer, esse povo que resiste pode encontrar um apoio na fundamentação última, digamos assim, da própria palavra de Deus. No Livro dos Números tem um Versículo que é muito interessante: "tomem posse da terra e habitem nela", diz o Livro dos Números capítulo 33, versículo 53. É um livro que tem uma história de redação bastante complexa, mas a redação final é do Século V antes de Cristo.

Também o livro de um camponês agricultor, vaqueiro do Século VIII, Profeta Amós, ele vai nos ajudando a compreender que a terra deve ser habitada, mas habitada com justiça, com amor. E a gente compreende que nós, como povo brasileiro, precisamos crescer neste aspecto, há muita injustiça no processo de ocupação da terra no nosso País. Nós precisamos, a partir dessa consciência, buscar os meios mais adequados para uma ocupação justa do território e entender que o trabalhar a terra não é só um meio de vida. É um meio de vida, toda família tem direito a terra, o Papa Francisco tem chamado a atenção para esse direito fundamental, mas o trabalhar a terra também é um modo de vida. Porque muitos acham que o pequeno agricultor, o indígena, o ribeirinho, o habitante da floresta deveria deixar o campo, ir para a cidade porque é mais fácil viver, porque o modo de vida do camponês já é atrasado em face de tanta tecnologia e tudo isso, mas não é só um meio de vida. A presença do agricultor, das famílias camponesas lá no campo, do indígena, do ribeirinho, dos povos da floresta em geral, também é um modo de vida. Eles têm autonomia para decidir onde ficar e nós precisamos lutar por este direito também, encontrar a forma mais justa da permanência dessas pessoas lá na terra.

O relatório intitulado de Relatório de Violência de Conflitos no Campo, eu penso que realmente é uma tristeza a gente precisar ler um relatório desses. Por outro lado também, é motivo de alegria ter a luta da Comissão Pastoral da Terra e de tantas Pastorais Sociais e homens e mulheres de boa vontade que assumem o compromisso em nome de valores que humanizam e muitos em nome de Deus, em nome da palavra de Deus defender a dignidade humana.

Então, eu vejo também como motivo de alegria a realização desta Audiência Pública, a publicação do

Relatório que retrata muito o sofrimento humano, mas quando a gente narra à experiência, a gente se humaniza. Então, a narração da experiência de sofrimento de milhares de pessoas no Brasil ela pode nos impulsionar para uma vida melhor.

Eu cito aqui dois Poetas, um não somente Poeta, muito mais que Poeta, mas de qualquer modo a mensagem dele também é uma poesia para nós. Em primeiro lugar, um Poeta amazônida: "faz escuro, mas eu canto", Thiago de Mello. Então, que a gente não desanime em face das dificuldades que as nossas pastorais, os movimentos populares, as organizações da sociedade civil, as corporações do Estado, os agentes públicos, porque há muita luta aí também, que ninguém desanime em face dos ataques aos direitos dos povos, aos ataques a terra e tudo isso.

Quero também citar uma fala de um, praticamente camponês, de qualquer modo viveu numa cidade muito pequena da Palestina do Norte, da Palestina Jesus de Nazaré, vítima de um assassinato na cruz, mas ressuscitado. Então, quando ele aparece aos seus irmãos, ele não aparece para desanimar, mas para animar "a paz esteja convosco", diz ele. Então é com essas palavras que eu encerro esta minha fala já tão longa, agradecendo a todos pela paciência e desejando que realmente nós consigamos dar passos juntos na luta pela justiça.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado, Padre. Passo direto então para Dom Mário Antônio.

O SR. DOM MÁRIO ANTÔNIO DA SILVA - Obrigado, Deputado. Eu parablenizo o Deputado Estadual Lazinho por esta

Audiência, pela propositura e aprovação dos demais parlamentares. E quero aqui saudar todos os membros da Mesa, citando o nome das pessoas que me convidaram para estar aqui, a Dra. Maria José e a Dra. Darlene, que me convidaram para estar aqui. Saúdo a todos os participantes desta Audiência na pessoa do Padre Alessandro, que encontro aqui, também do Padre Fontinelle que me acolhe na Casa Paroquial. Saúdo também, na pessoa da Irmã Agostinha, que revejo; da Vanessa, chega mais perto; e saudando a todos aí neste momento. O que me traz aqui? Mais do que a companhia aérea que eu viajei, me traz aqui a missão da CPT, da Comissão Pastoral da Terra, que é uma missão de presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva, que presta um serviço educativo e transformador, revolucionário e corajoso junto aos povos da terra e das águas, para estimular e reforçar o seu protagonismo.

Quero aqui, em nome dos bispos do Regional do Noroeste, a minha comunhão com Dom Roque, com Dom Bruno, que é o Presidente aqui do Regional e os demais membros daqui de Rondônia e Acre, e também comunhão com os bispos do Norte I, Amazonas e Roraima e, sobretudo, com Dom Ionilton, que é o Vice-Presidente da CPT em nível nacional, de dizer que somos agradecidos aos agentes da CPT. O grito dos agentes da CPT com os agricultores, pessoas da terra e da água, é a voz da Amazônia que o Brasil e o mundo deveriam escutar e estar mais atenta. Os órgãos federais, estaduais e municipais, esta Casa e as demais Casas de Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como outros organismos estar atento. É o que me traz aqui, então, a missão da CPT.

No lançamento do Caderno em nível nacional, lá na CNBB, se não me engano, 12 de abril, Dom Leonardo acentuou que aqui está o relato não apenas da CPT, mas da igreja do

Brasil que está atenta às questões que afligem os irmãos indígenas, aos irmãos ribeirinhos, aos irmãos quilombolas, irmãos sem-terra, e diríamos até sem água, sem espaço, sem casa, sem teto, como foi dito aqui. O Presidente da CPT nacional, Dom José White, ele dizia: "aumentou o número de assassinato das lideranças, é uma estratégia e artimanha para desestruturar e desarticular, fragmentar as lutas em favor das pessoas ameaçadas", sem dúvida, que relata também aqui no Caderno. A fraternidade move a igreja, move o cristão, move a pessoa de boa vontade. Mas é a fraternidade que deve mover, também, o Estado e organismo que cuidam da vida das pessoas, que cuidam da vida da Amazônia e de toda forma vivente existente. De fato, esta Audiência e o lançamento do Caderno 2018 são um anúncio e denúncia, como também um questionamento a nós comunidades eclesiais, a nós Igreja Católica, por isso, esse momento abre os nossos olhos, mais do que aquecer o nosso coração nesta luta e nesta causa por justiça e dignidade. Mas é também um questionamento ao Estado e aos outros organismos que têm responsabilidade nessa dimensão da terra, não só de saber, tomar conhecimento, mas de evitar futuros conflitos. Questionamos aqui à morosidade, a omissão, a impunidade, como já foi colocada. A morosidade na investigação, a morosidade no levar à justiça dos mandantes executores uma impunidade como apareceu também que, às vezes, aparece até um incentivo para que isso continue sendo realizado, sem nenhum prejuízo e sem nenhuma correção possível. É preciso sim, vontade política para resolver os problemas no campo. E isso é possível, - ah, não tem recurso, ah, não tem isso! Falta boa vontade acima de tudo. Ouvimos aqui até algumas justificativas. Convenhamos que as justificativas sejam legítimas, mas não podemos admitir que as justificativas legitimem a situação de violência existente. Elas não podem justificar essa situação de violência. São vidas humanas e

os dados são estarrecedores. São vidas humanas, são dados estarrecedores!

Então, que realmente o que estamos realizando aqui hoje se prolongue, para que se prolongue também a vida das pessoas e não o aumento das ameaças. Políticas agrárias justas, Campanha da Fraternidade deste ano 'Políticas Públicas', sobretudo na questão agrária no nosso Brasil. Os números de morte nos estarrecem, as investigações, aí muitas questões não esclarecidas, as expulsões. Morte de pessoas, de lideranças, não é apenas número, são vidas tombadas, vidas ceifadas, sonhos abortados, interrompidos e tantos outros projetos. Bastaria uma morte ou até meia morte, se a gente pode dizer isso. Bastaria uma ameaça para a gente já ficar indignado, bastaria. Mas a banalização da vida nesse campo é imensa. A vida humana como mercadoria, valor pouquinho ou quase nada a vida humana. Às vezes a vida não de outros seres, mais do que a vida da pessoa humana. Nós vemos aqui quem morre. Quem morre? E às vezes até podemos deduzir quem mata. Quem mata? Os que morrem são sepultados. E quem mata? Ninguém quer morrer, ninguém quer morrer. Mas tem muita gente querendo matar. Já articulando, planejando as mortes.

Não gostaríamos de já estar antecipando o que vai estar no Caderno de 2019, é preocupante, dói, dói! E já tem aí no cenário dos dados retirados. Então, eu acho que preocupar-se, oxalá que aparecesse um relatório público, corajoso como esse de realmente evidenciar quem mata e as motivações, elas aparecem nos entremeios das exposições que se fazem. Lembro aqui da morte de Jesus, celebramos agora a Semana Santa. Jesus morreu na cruz para que talvez fosse à última morte de cruz. Gostaríamos que esse calendário fosse à cruz de redenção, de basta de mortes, de expulsões nesse campo e em todos os outros campos.

E assim, a CPT nos ajuda como igreja a renovar nosso compromisso com as populações, sobretudo, com as comunidades tradicionais da Amazônia, com aquelas mais ameaçadas. Estamos em processo de sínodo, sínodo para a Amazônia, novos caminhos para a Igreja e uma ecologia integral. A Amazônia toda aqui no Brasil e também nos demais Países da Pan Amazônia, todos realizamos escutas das comunidades, dos povos. Uma escuta corajosa, que até as entidades no Brasil se preocuparam, mas que deveriam também fazer a escuta que a Igreja fez, nossos governantes deveriam fazer nas suas esferas estaduais, municipais e federais, para realmente tomar ciência do que o povo precisa e como é que estão as condições de vida de cada comunidade, senão até mesmo de cada pessoa.

Por isso, o processo sinodal nos dá esperança e nos alavanca de continuar essa luta por justiça e dignidade. Diante do genocídio, de assassinatos, homicídios e até ecocídio, está aqui na apresentação, vale a pena, até do ecocídio, a proposta de uma ecologia integral. Uma ecologia integral que nos fala o Papa Francisco, *laudato si*, em que a ciência de hoje não contesta a sua argumentação, mas também, não abraça. É preciso abraçar a proposta de *laudato si*, para uma ecologia integral na defesa da vida como um todo, priorizando vida humana. Vida humana, vida dos animais, das plantas, dos insetos, das aves, dos minerais, dos peixes, enfim, toda forma de vida humana num conjunto de respeito que deve se cuidar.

Eu sei que vocês estão nos ajudando e participando e nos ajudem realmente para que o sínodo para a Amazônia, que celebraremos em outubro próximo, lá com o Papa Francisco, seja de abrir caminhos para novos compromissos e de promoção da vida. O Caderno, vamos folheando, vamos degustando, vamos, ao mesmo, tempo refletindo e ao mesmo

tempo nos interpelando de tudo isso que está. As falas que aqui vieram, desde o início, os testemunhos, os poemas, os cantos, as interpelações devem abrir os nossos olhos para os nossos próximos passos.

Eu sei, deputado, que a Audiência está se prolongando bastante, mas tem que se prolongar muito mais aquilo que estamos refletindo em tudo isso. Então, eu creio que com esse momento, com o apoio de todos e desta Casa, a CPT vem reafirmar seu caráter pastoral com novo vigor, anuncia sinal de esperança, gotas de esperança que se somam com tantas outras gotas, mas também denuncia até mesmo as mortes já marcadas, já planejadas e arquitetadas, que nos estarrecem. E aqui seria dignamente cristão se além de nos dar as mãos, tivéssemos a coragem, se necessário for, de morrer junto, dignamente cristão. Cristo é a mais alta solidariedade para com todos. Que a CPT/Rondônia, a CPT/Acre, a CPT/Amazonas, a CPT/Roraima, a CPT no Brasil continue o trabalho de base junto aos povos das terras e das águas, com convivência, promoção, apoio, acompanhamento e assessoria. Momento que nos faz pensar na mística de Cristo, a mística do Pastor, a mística do crucificado, a mística de quem doa a própria vida, porque senão abraçarmos a mística do crucificado, de quem doa a própria vida, nós corremos o risco de abraçar a mística e a lógica dos crucificadores, dos que ameaçam, expulsam e matam, a lógica dos crucificadores, a lógica de morte que não combina conosco. E eles conhecem muito bem a nossa situação, eles conhecem nossas forças, mas também os nossos limites. Conheçamos o bom pastor e o sigamos, o Cristo ressuscitado, vencedor da morte do pecado, mas também, dediquemos tempo para conhecer o lobo e lutar por justiça para não sermos presa de suas artimanhas e vociferidade.

O Documento da CNBB 101 sobre questões agrárias nos diz o seguinte: "é necessário fortalecer a resistência contra todas as formas de violência que atinge a vida dos trabalhadores e suas famílias".

O Seminário realizado, este ato de lançamento tem por objetivo consolidar isso, recordando que já refletimos em 1986, alguém lembra? Em 1986, Fraternidade e a Terra, com o lema "Terra de Deus, Terra de Irmãos e Irmãs; Terra de Deus, Terra de Irmãos e Irmãs", que isso se prolongue no horizonte de podermos, dizer, não obstante toda uma situação que ainda visualizamos, chegar um momento de conflito zeros, expulsões zero, mortes zero. E assim, a verdadeira paz, que é o dom de Deus, reinar nos corações humanos, até nos corações daqueles que hoje são ameaçadores e crucificadores.

E o que é a paz? É tudo, tudo! Mas tudo mesmo, que Deus quer de melhor para todos os seus filhos e filhas, não é vida sossegada, sofá e televisão. É luta. É levantar a cabeça. É ir adiante. Então que a paz, o dom de Deus, seja realmente o ponto forte que nos motiva a hoje em diante a dar os próximos passos.

E aqui comungo com a proposta da Darlene, o Termo de Cooperação Técnica entre os nossos Estados. Vou convocar os nós Bispos dos 2 regionais, Noroeste e Norte 1, que a gente esteja atento junto com os deputados estaduais para que isso se possa consolidar nesse Termo de Cooperação Técnica em nossos Estados, formando aí uma pequena rede, mas consistente, com elos fortes para uma pesca da vida, da dignidade e dos direitos humanos com mais abundância.

Agradeço a atenção e que todo trabalho que realizem os agentes e CPT, agricultores e agricultoras, o resultado a gente já sabe que é na mesa de muitas famílias para

alimentar e sustentar. Continue sendo o alimento da vida Eclesial, Pastoral e também humana na nossa Amazônia. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Muito obrigado, Dom Mário. Depois as palavras do Dom Mário aqui, a gente precisa passar mais uma meia hora refletindo, porque a gente ouvir, e para nós, e para mim de Rondônia, que comecei, Dom Mário, a política nas comunidades eclesiais de base, eu aprendi lá e não tenho vergonha de dizer e nem medo de falar que o maior instrumento e transformação nossa é a Igreja, ele é, e ensina a gente. E essas palavras do senhor são palavras que não é em todo o Estado de Rondônia que a gente ouve mais, não é, e quem é do Estado sabe o que eu estou dizendo.

Então, eu vou pedir para que seja transcrito esse pronunciamento do senhor aqui nesta Casa e vou divulgá-lo e vou encaminhar a todas as nossas comunidades do nosso Estado, pode ter certeza disso.

Nós, infelizmente, ainda dependemos muito do pastoreio. Embora eu esteja com 60 anos, faço agora em setembro 60 aninhos de idade, e desses 35 anos eu tenho certeza, Eliane, que foi na luta, a gente ainda tem muito gás para recolher para poder transmitir, e isso é gás.

Nosso mandato está à disposição de todos os movimentos sociais, esta Audiência Pública, Petrolina, é Audiência Pública da CPT na Assembleia Legislativa, não é minha. É a CPT que pediu e o nosso mandato é só instrumento de encaminhar as ações que vocês, que todos os movimentos pedem. Para isso que a gente está aqui.

Dom Mário disse uma coisa que me faz refletir no espaço que eu vivo que é a política, falta vontade política. Falta vontade política, não tenham dúvidas disso. Falta consciência política do voto. E é um desafio muito grande das nossas lideranças católicas, lideranças associativistas, cooperativistas, transmitir isso. Por que esta Audiência acontece nesta Casa neste mandato, porque este deputado está aqui. Eu não estou me vangloriando, eu estou dizendo que a vontade política depende dos políticos, e os políticos são escolhidos pelo povo, e o voto é que define quem está aqui nesta Casa. E nós não podemos nos omitir de dizer isso lá fora. Porque não adianta a gente fazer ato político em prol da Campanha da Fraternidade, com o tema que nós temos hoje, e na hora do meu voto aqui dentro desta Casa, eu voto contra o que está ali. Esse é o desafio Padre, esse é o desafio, é a gente buscar, na hora do voto, escolher pessoas que possam contribuir com a luta nossa, no dia a dia. Porque só morrer não adianta, só morrer não está resolvendo. Só gritar, não está resolvendo. Só ter um Doutor João Verde, não adianta, nós precisamos ter mais. Então, esse é o desafio nosso, a gente vê isso aqui no Estado de Rondônia. E eu fico com dó quando eu vejo o Erasmo, com a vontade que ele tem, porque eu conheço o Erasmo, conheço a Márcia, conheço, e conheço também os malandros que estão nesse espaço, conheço pessoas sérias como eles, mas não vai conseguir porque vem de cima para baixo.

E a reforma, foi dito aqui, 2017, não sei quem falou, foi assinado uma Lei pelo Temer, ele falou, que acaba com a Reforma Agrária no Estado, é ou não é? 2017, a Lei que ele assinou acaba com a Reforma Agrária no Brasil, não é? Acaba com Reforma Agrária no Brasil. As Leis constituídas no País não são para ter reforma agrária. Porque nós tivemos

governos mais próximos disso e não conseguiram fazer, porque as Leis os proíbe de fazer isso.

Então, nós temos que ter o desafio de saber em quem votar sim, nós temos que ter a coragem de indicar em quem votar sim, e tentar acompanhar para que não cometa erro. Eu não estou falando diferente de tudo que foi falado aqui. Porque eu vou para a igreja, eu rezo, eu ajudo celebrar o culto na minha comunidade, eu faço a homilia na minha comunidade, mas lá eu também falo da política. Eu falo, se quiser que eu faça tem ser, porque esse é o instrumento que a gente tem para tentar resolver e solucionar pelo menos um pouquinho disso aqui, não adianta, a gente pode... Eu já fiz a luta, eu já acampeei, eu já ocupei terra, eu já peguei na arma neste Estado, já fiz tudo isso, e quem me conhece sabe que nós já fizemos. E hoje eu estou nesse espaço que a gente tenta fazer algo mais, mas depende de muito mais. E nós não podemos incriminar quem não está aqui nesse espaço ou quem não defende isso que nós falamos. Nós não podemos incriminar não, porque nós vivemos num País democrático, e a democracia permite você ter o espaço para todos, quem é contra e quem é a favor. Nós não podemos querer que um deputado federal eleito pelos fazendeiros ou o fazendeiro vá fazer a defesa nossa, porque ele não vai fazer mesmo.

Então, é isso, esta Audiência Pública é da CPT e vai ser sempre quando for procurada e sempre nos colocar à disposição para isso, está bom? Nosso mandato também está à disposição. Quero agradecer a todos, agradecer a todos os Estados que estão presentes. Vou, repito, reproduzir o que Dom Mário, não desfazendo dos outros, mas o que Dom Mário colocou, e será encaminhado a todos os Estados que estão aqui através da CPT. Vou pedir para CPT fazer isso lá fora, está bom?

Invocando a proteção de Deus, em nome do Estado de Rondônia, em nome de toda nossa população, declaro encerrada mais esta Audiência Pública. E peço para que todos fiquem em pé, que Dom Mário, vai fazer uma oração final. Agradeço a todos os funcionários da Casa, que ficaram conosco até essa hora.

O SR. DOM MÁRIO ANTÔNIO DA SILVA - Trazendo neste momento, toda realidade da vida, que refletimos e que vamos continuar abraçando, que o Senhor vos abençoe e vos proteja. Que a face do Senhor brilhe por vossa causa, que Ele vos guarde e vos dê a paz e que Deus, que é poderoso, mas poderoso no amor, na bondade, na verdade, na solidariedade. É poderoso no semear a vida, no perdão, a misericórdia. É poderoso em propiciar a paz, a justiça, a ternura, a paciência e a união. Que Ele abençoe a nós e a todos que caminhem conosco. Em nome do Pai, do Filho do Espírito Santo. Amém!

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Vamos todos em paz, cuidado com as estradas, quem vai para o interior e que Deus possa acompanhar cada um e cada uma. E aos nossos visitantes que façam uma boa viagem de volta.

Está encerrada esta Audiência Pública.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 12 horas e 38 minutos)

(Sem revisão dos oradores)